

COMISSÃO DE INQUÉRITO SOBRE A SITUAÇÃO QUE LEVOU À NACIONALIZAÇÃO DO BPN E SOBRE A SUPERVISÃO BANCÁRIA INERENTE

12 de Fevereiro de 2009

15.ª Reunião

Ordem de trabalhos:

- Audição Dr. António Franco, Director do Departamento de Operações do BPN
- Outros Assuntos

Índice Remissivo

A

A Sr.ª Presidente · 3, 4, 20, 33, 37, 58, 66, 70, 74, 77, 78, 80, 86, 92, 97, 103, 104, 107, 111, 113, 118, 119, 120, 122, 123, 124

Almeida Henriques (PSD) · 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102

Dr. António Franco (Ex-director do Departamento de Operações do BPN) · 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 99, 100, 101, 104, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 122

H

Honório Novo (PCP) · 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 103, 107, 109, 110, 111, 112, 123

Hugo Velosa (PSD) · 104, 107, 119

J

João Semedo (BE) · 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 113, 114, 115, 116, 117, 118

L

Leonor Coutinho (PS) · 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92

N

Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) · 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 66, 119

S

Sónia Sanfona (PS) · 120

A Sr.^a Presidente (Maria de Belém Roseira): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 18 horas e 25 minutos.

Vamos iniciar a nossa reunião com a apresentação de um ponto prévio por parte do Sr. Deputado Honório Novo, a quem dou, de imediato, a palavra.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Queria aproveitar estes 5 minutos iniciais para formalizar alguns pedidos, sendo que o primeiro tem a ver com a legislação de supervisão de Cabo Verde, em especial a eventual existência de limites de concessão de crédito de uma instituição bancária, com sede em Cabo Verde, a empresas, com sede em Cabo Verde ou fora desse país, cujo capital social seja detido maioritariamente pela instituição financeira concedente do crédito; o segundo é para solicitar informação à Procuradoria-Geral da República de Cabo Verde – não sei se esta é a designação oficial – sobre se existe ou existiu qualquer investigação judicial sobre a entidade SLN Cabo Verde e sobre a Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boa Vista e Maio; o terceiro é para solicitar informação ao Parlamento de Cabo Verde sobre se sim ou não decorreu ou decorre um inquérito parlamentar à actividade do Banco Insular de Cabo Verde ou do BPN IFI; o quarto é para solicitar ao Dr. Piriquito Costa a lista nominal escrita das *offshores* cuja titularidade não é atribuída à SLN BPN, que ele referiu ontem e que eu não consegui registar e suponho que os serviços também terão

dificuldade em identificar plenamente; o quinto é para pedir, formalmente, ao Dr. José Vaz de Mascarenhas a cedência do teor integral das cartas e correios electrónicos parcialmente referidos, ontem, durante a sua audição.

Finalmente, queria, em nome do PCP, associar-me ao pedido de audição do Sr. Dr. Joaquim Nunes, que já faz parte da lista do CDS-PP mas eu queria também manifestar esse interesse explícito.

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

De acordo com a legislação aplicável aos inquéritos parlamentares, vou dar seguimento a estes pedidos, apresentados, em requerimento oral, pelo Sr. Deputado Honório Novo.

Depois, se houver necessidade de precisar alguns dos pedidos, entraremos em contacto com o Sr. Deputado requerente, uma vez que pode ter sido difícil ter tomado nota exhaustiva das *nuances* do pedido.

Se mais ninguém levantar questões, vamos dar, de imediato, início à audição do Sr. Dr. António Franco, que é ex-administrador para a área informática e banca directa, cujo requerimento foi apresentado pelo PCP, o que significa que o Sr. Deputado Honório Novo iniciará a audição.

Vamos, portanto, convidar o Sr. António Franco para entrar nesta sala.

Pausa.

Sr. Dr. António Franco, em nome da Comissão e de todos os Srs. Deputados que a integram, queria cumprimenta-lo, agradecer a sua vinda e perguntar-lhe se pretende fazer alguma declaração inicial.

Não sendo esse o caso, vamos dar, de imediato, início a esta audição, dando a palavra ao Sr. Deputado Honório Novo, do PCP, para, nos termos habituais e por um período de 10 minutos, fazer as suas perguntas relativas à matéria.

Faça favor, Sr. Deputado Honório Novo, tem a palavra.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.^a Presidente, 10 minutos será bastante pouco para o conjunto de perguntas que quero fazer e, à semelhança do que sucedeu ontem, prometo apenas não utilizar hora e meia e ficar-me por um tempo bastante inferior.

Sr. Dr. António Franco, gostava de o cumprimentar e de lhe pedir, logo de início, formalmente, que nos diga quais foram as suas funções no Grupo SLN, em todas ou qualquer uma das suas empresas, desde quando e até quando.

O Sr. Dr. António Franco (Ex-director do Departamento de Operações do BPN): — Entrei no BPN em Junho de 1999, como director de operações e, de Março/Abril de 2006 até Abril de 2008, fui administrador do BPN.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Foi essa a única função que representou no universo SLN?

O Sr. Dr. António Franco: — E fui, durante (não sei exactamente a data de entrada), administrador não executivo da Imofundos, até Setembro de 2007, altura em que me demiti.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Podemos saber a razão dessa demissão, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. António Franco: — Com certeza.

Havia uma operação que foi posta através da rede do BPN, um cliente que pretendia constituir um fundo, e, para constituir o fundo, pretendia que o BPN lhe emprestasse um montante que, se não estou em erro, suponho que era de 10 milhões.

Essa operação foi recusada na estrutura comercial, inclusive pelo próprio administrador comercial, o Sr. Teófilo Carreira, e o Dr. Oliveira e Costa pediu ao *private banking* que fizessem eles, *private banking*, essa proposta para a constituição desse fundo.

Esse fundo, depois, foi constituído, eu não tive conhecimento e, por essa razão, apresentei a minha demissão ao Dr. Oliveira e Costa da BPN Imofundos.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Podemos também saber qual é o cliente que beneficiou desse fundo?

O Sr. Dr. António Franco: — Não sei de cor.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas se tiver conhecimento, mesmo posteriormente, pode fornecê-lo a esta Comissão, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. António Franco: — Posso; é uma questão de se pedir.

Neste momento, tenho alguma dificuldade, porque não tenho acesso às instalações do BPN nem tenho acesso ao sistema e, portanto, não tenho nada disso.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Nos seus dados pessoais, eventualmente...

O Sr. Dr. António Franco: — Não, não tenho nada disso, não tenho dados pessoais de coisas do banco, em casa.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., a Operação César identificou 94 *offshores*. Dessas 94, poucas, não sei de seis, se sete, se oito, não têm titularidade reconhecida no Grupo SLN BPN.

Sobre esta questão, queria colocar-lhe um conjunto de perguntas a que, depois, responderia: tem conhecimento de todas ou de algumas destas 94 *offshores* e, sobretudo, destas seis ou oito cuja titularidade não é atribuída à SLN?

Conhece em especial estas e os titulares destas têm alguma relação com membros dos órgãos sociais da SLN BPN, ao longo dos anos, ou membros do conselho superior?

Queria ainda fazer-lhe outra pergunta: o senhor, pessoalmente ou algum seu familiar directo, integra ou integrou, como titular, alguma

destas *offshores*, não apenas estas, as seis ou as oito, como o universo detectado pela Operação César e, em caso afirmativo, que tipo de actividade é que tiveram?

O Sr. Dr. António Franco: — Não sei exactamente quais são as oito a que se está a referir, não as conheço.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas conhece as 94. Contactou...

O Sr. Dr. António Franco: — Contactei com todas as *offshores*, na minha actividade, como director de operações. A direcção de operações carrega operações e, portanto...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Tinha a noção de que havia 94 *offshores* no Grupo BPN SLN?

O Sr. Dr. António Franco: — Não sei se era esse número, mas tinha a noção de que eram muitas.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Então, não integra, nominalmente, nenhuma delas destas 94 *offshores*, nem nunca integrou desde a sua constituição?

O Sr. Dr. António Franco: — Não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., conhece uma *offshore*, a Marazion, que pertence à SLN? Já ouviu falar ou contactou com um contrato de compra e venda da Insular Holdings não assinado e sem data?

O Sr. Dr. António Franco: — Nunca o vi, mas sei que existe.

Na altura em que foi feita a preparação da carta que o Dr. Abdool Vakil enviou para o Banco de Portugal foi quando tomei conhecimento dessa *offshore* Marazion. Nunca vi o contrato, sei que ele existe, mas, repito, nunca o vi.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Soube da sua existência deste contrato-promessa desde quando?

O Sr. Dr. António Franco: — Exactamente na altura em que o Dr. Vakil pediu dados para fazer a carta para enviar ao Banco de Portugal.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Nunca foi informado antes?

O Sr. Dr. António Franco: — Não conheci esse contrato antes.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Certamente, conhece o Sr. Dr. Joaquim Nunes, que foi administrador da SLN?

O Sr. Dr. António Franco: — Conheço, sim, senhor.

O Sr. Honório Novo (PCP): — É capaz de nos dizer se esse senhor, para além das funções de administrador da SLN, alguma vez desempenhou funções na administração do Banco Insular?

O Sr. Dr. António Franco: — Desempenhou.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E durante quanto tempo?

O Sr. Dr. António Franco: — Não sei durante quanto tempo, mas foi antes de fazer parte de qualquer cargo no Grupo SLN.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., eu precisava que me precisasse este tempo.

O Sr. Dr. António Franco: — Não sei exactamente a data. Creio que esse é um dado público, basta consultar, provavelmente, os *sites* de Cabo Verde, mas não me recordo da data.

O Sr. Honório Novo (PCP): — É público o quê, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. António Franco: — Quem são os administradores do Banco Insular.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não é quem são; é quem foram ao longo do tempo.

O Sr. Dr. António Franco: — Sim, quem foram, portanto o histórico.

Suponho que aquilo funciona como em Portugal. Confesso, nunca entrei no *site*, mas suponho que funciona como em Portugal e, portanto, consegue ver-se quem foram os administradores da instituição.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, o Sr. Dr. é de opinião que o Sr. Dr. Joaquim Nunes foi membro da administração do Grupo SLN e que foi também membro da administração do Banco Insular. Admite, contudo, que não tenha sido em simultâneo?

O Sr. Dr. António Franco: — Admito que não tenha sido em simultâneo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas não tem a certeza?

O Sr. Dr. António Franco: — Não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E, se houve simultaneidade, terá ocorrido num período de tempo longo ou curto?

O Sr. Dr. António Franco: — Provavelmente, curto.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Provavelmente, curto.

Agora, iria abordar o tema do circuito hierárquico que ordenava a emissão de ordens de transferência de fundos (transferências bancárias) do BPN para o Banco Insular, também designado vulgarmente entre nós,

em gíria, por Banco Insular n.º 2, ou virtual, ou não consolidado – julgo ter sido suficientemente preciso para não haver dúvidas –, e gostava de perceber, de facto, qual era a cadeia de comando que ordenava essas transferências, onde é que eram feitas e registadas estas operações, por quem, por que pessoas, por quantas pessoas e quem é que, neste circuito, conhecia a existência deste Banco Insular n.º 2 (passado) e desde quando?

E, Sr. Dr., fazia-lhe ainda uma pergunta, a si, pessoalmente, sobre se tinha ou não tinha a noção de que estas muitas centenas de transferências não eram consolidadas nas contas do BPN.

O Sr. Dr. António Franco: — As transferências, especificamente do Banco Insular, eram ordenadas, dependendo dos casos, por várias pessoas, tais como: o Dr. Oliveira e Costa, o Eng.º Francisco Sanches, o Dr. Luís Caprichoso e as pessoas que trabalhavam no *staff* do Luís Caprichoso, nomeadamente o Dr. Leonel Mateus.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, citou quatro pessoas?

O Sr. Dr. António Franco: — Sim, quatro pessoas.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Que eram quem ordenavam. E qual era a cadeia hierárquica?

O Sr. Dr. António Franco: — Informavam-me, a mim, e eu mandava executar essas transferências na direcção de operações.

O Sr. Honório Novo (PCP): — A quem, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. António Franco: — Às pessoas que já aqui estiveram.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Só a essas duas?

O Sr. Dr. António Franco: — O Dr. Rui Pedras falou em 10 pessoas, o que pode parecer um número grande, mas, por exemplo, em Cayman não há 10 pessoas para carregar as operações, há menos. Portanto, nem sequer é um número grande em termos de dimensão.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas o Sr. Dr. dava indicações a pessoas que trabalhavam na sede do BPN aqui, em Lisboa?

O Sr. Dr. António Franco: — Exactamente.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas eu estava a referir-me às pessoas aqui, na sede, em Lisboa. Eram duas, três, cinco...?

O Sr. Dr. António Franco: — Seriam, no máximo, cinco ou seis pessoas.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, temos um universo relativamente alargado de funcionários que sabiam do Banco Insular.

O Sr. Dr. António Franco: — Só se está a referir às pessoas que faziam essas transferências?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Estou a referir-me a estas pessoas. Porque o conhecimento era mais generalizado, nós bem sabemos.

Sr. Dr., os registos destas operações eram conservados? Como? E estes registos estavam ou não à disposição das inspecções normais e da actividade normal dos revisores oficiais de contas, dos auditores, do Banco de Portugal, das inspecções do Banco de Portugal? O que é que impedia ou impediu o acesso a todos estes elementos pela estrutura de supervisão? Foi porque não pediram? Foi porque não lhes foi facultado? Foi porque – outra versão – havia um registo informático paralelo?

Gostava de o ouvir falar sobre isto.

O Sr. Dr. António Franco: — Não há nenhum registo paralelo.

De facto, estas operações eram registados naquilo que já foi dito aqui, no AS/400, onde fica todo o histórico, sendo que não está *on line*, mas, certamente, está em *tapes*.

Quanto à sua pergunta sobre se era possível consultar esses registos, respondo que era e é possível consultá-los.

Sobre a primeira vez em que o Banco de Portugal terá feito perguntas à SLN sobre o Banco Insular, isso é muito claro – e dê-me só um segundo para consultar os meus dados – e posso dizer-lhe que foi em 27 de Julho de 2007.

De facto, nessa data, o Banco de Portugal envia à SLN, através de *e-mail*, uma questão sobre o Banco Insular, perguntando, nomeada e muito explicitamente, que tipo de relação é que a SLN tinha com o Banco Insular.

Portanto, só a partir dessa data é que poderia ter feito alguma pergunta, porque, até lá, nunca pediu o acesso ao Banco Insular. Mas, de facto, esse acesso era possível e, como já foi aqui explicado pelo Dr. António Duarte, esses registos estão em rede e é só fazer a ligação.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., isso já eu sabia. O que gostava que me dissesse é o seguinte: antes dessa carta, o Banco de Portugal realizou várias inspecções normais ao Grupo SLN BPN, como foi aqui dito, mas não sei se foi todos os anos. Recordo-me de ter ouvido falar em 2002, 2003, 2004 ...

O Sr. Dr. António Franco: — Foram várias!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sim, foram várias. Se não foram todos os anos, foram quase todos.

E a pergunta que lhe coloco é a seguinte: as inspecções da supervisão ou a actividade normal dos ROC e dos auditores uma das coisas básicas que pedem, ou que julgo que pedem, são os registos informáticos...

O Sr. Dr. António Franco: — Até pedem acesso, nomeadamente, às aplicações.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E nunca lhes foi pedido o acesso ao tal AS/400?

O Sr. Dr. António Franco: — Foi.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Foi pedido e esse acesso foi facultado às inspecções do Banco de Portugal?

O Sr. Dr. António Franco: — Até certa altura, nomeadamente Cayman, o acesso era filtrado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Até?

O Sr. Dr. António Franco: — Até 2004, suponho eu, o acesso era filtrado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — «Filtrado» significa ocultado?

O Sr. Dr. António Franco: — Não era ocultado; era filtrado mesmo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O que é que significa exactamente isso?

O Sr. Dr. António Franco: — O AS/400 dá várias formas de acesso: dá acesso total ou não e esse era o mesmo acesso que se dá aos auditores.

Mas, para responder à sua pergunta, de facto, o filtro era para operação a operação, digamos, cliente a cliente, criar, digamos, alguma opacidade em termos de clientes.

Aquilo que perguntou especificamente sobre a possibilidade de ver os registos informáticos, isso é possível, porque eles estão lá, as transferências estão lá todas e isso era possível ver.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr. referiu-se ao Banco Cayman. E o Banco Insular, ao tal que não estava consolidado?

O Sr. Dr. António Franco: — Quando o Banco Insular começou a existir, através de movimentos de Cayman, nomeadamente, como já aqui explicado, que era o correspondente, é possível ver que há movimentos nessa conta do banco correspondente.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Do Banco Insular?

O Sr. Dr. António Franco: — Exactamente!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, as inspecções tiveram acesso ao AS/400, tiveram acesso aos registos, não foram ocultados, e era possível verificar a existência de transferências para o Banco Insular?

O Sr. Dr. António Franco: — No limite, era possível sempre pedir o extracto de conta entre um determinado período se se soubesse trabalhar com ele.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., estou perfeitamente satisfeito.

Agora, apenas gostava que o senhor me caracterizasse exactamente informações sobre o mesmo conjunto de perguntas que lhe fiz sobre o Banco Insular n.º 2, mas, agora, respeitantes ao Banco Insular n.º 1.

O Sr. Dr. António Franco: — Não têm diferença.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não têm nenhuma diferença, isto é, as ordens de transferências para o Banco Insular de Cabo Verde, o real, aquele que era presidido pelo Dr. José Vaz de Mascarenhas, seguia rigorosamente os mesmos trâmites que o outro?

O Sr. Dr. António Franco: — Exactamente!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Eram aquelas quatro pessoas que lhe diziam e o senhor e o Dr. Ricardo Pinheiro, que, suponho, era o seu ...

O Sr. Dr. António Franco: — Era director-adjunto.

O Sr. Honório Novo (PCP): — ... ordenavam às cinco ou dez pessoas e processava-se exactamente tudo da mesma forma.

O Sr. Dr. António Franco: — Exactamente tudo da mesma forma!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Incluindo os registos...

O Sr. Dr. António Franco: — Incluindo os registos!

O Sr. Honório Novo (PCP): — ... que estavam igualmente disponíveis?

O Sr. Dr. António Franco: — Não há diferença nenhuma.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem.

Sr. Dr., o senhor, como perito, sabia que – é que ainda não respondeu a estas duas perguntas – quando estava a executar ordens de transferências para uma instituição bancária que não consolidava as contas no Grupo, estava a cometer, mesmo que funcionalmente, uma ilegalidade.

Por outro lado, o senhor, quando estava a ordenar transferências para o Banco Insular de Cabo Verde, que sabia que eram para beneficiar terceiras empresas detidas pelo Grupo SLN, sabia também que podia estar a cometer uma ilegalidade se ultrapassasse determinado nível de crédito, porque isso está limitado pelas regras de supervisão.

Ora, eu queria que comentasse esta minha afirmação, isto é, se está de acordo ou não com o que eu disse.

O Sr. Dr. António Franco: — Mas eu não vou comentar essa afirmação.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Porquê, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. António Franco: — Porque, nomeadamente, pode ser uma resposta contra mim próprio e, portanto, ela não faz sentido.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas, contra si próprio, porquê? Se disser que está de acordo com ela, pode ser, eventualmente, implicado num processo de outro tipo?

O Sr. Dr. António Franco: — Possivelmente...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem.

Não vou insistir, porque pressuponho que o seu silêncio foi o suficiente.

A Sr.^a Presidente: — Sr. Deputado, agradecia que não colocássemos as pessoas em situação que pudesse ser absolutamente inaceitável do ponto de vista da metodologia que o Código do Processo Penal, que nos é aplicável, nos impõem.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem, eu não insisto nesta pergunta.

A determinada altura, foram transferidas, através do Banco Insular, para uma empresa chamada ERGI, no Brasil, detida pela SLN, quase duas centenas de milhões de euros, durante um período alargado.

Essas operações, naturalmente, foram registadas no mesmo sítio, e, embora não seja isso que está em causa, o facto é que esta como outras

operações de crédito, muitas delas, não tiveram cobrança e constituem aquilo que se chama o crédito malparado, por isso o que eu gostava que o Sr. Dr., como ordenante, me dissesse é se tem ideia desta e de outras empresas e se é capaz de nos dizer se, no momento da sua saída, havia algum registo que estimasse o conjunto de valores de crédito, concedidos através desta triangulação, não cobrados, isto é, qual o nível do crédito malparado?

O Sr. Dr. António Franco: — Não, não lhe consigo dizer. Até porque há aqui uma coisa que tem de ser esclarecida: independentemente do que eu possa pensar, em termos pessoais e como bancário, como profissional, a direcção de operações limita-se a fazer registos, e eu quero que isto fique muito claro. A direcção de operações não tem que fazer análise da utilização dos créditos.

Existem outras áreas que, de facto, se devem preocupar com essa matéria que o Sr. Deputado referiu, nomeadamente as auditorias, a direcção de risco, que são as áreas que têm a competência de fazer a análise que agora referiu. Não é, certamente, a direcção de operações que tem essa competência.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., queria abordar, agora, um problema relacionado com a contabilidade do BPN e com a contabilidade do Banco Insular.

A determinada altura, salvo erro, a partir de 2006, esta contabilidade foi feita, salvo erro, por uma empresa chamada Sopromat.

O Sr. Dr. António Franco: — Exactamente!

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Sr. Dr. é capaz de nos dizer quem é que antes, que empresa ou pessoa, é que fazia esta contabilidade.

O Sr. Dr. António Franco: — A contabilidade era feita no BPN. Por quem, especificamente, não sei.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E no Banco Insular?

O Sr. Dr. António Franco: — No Banco Insular era feita por um contabilista do Banco Insular.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Por um contabilista do Banco Insular?

O Sr. Dr. António Franco: — Exactamente!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, antes da Sopromat a contabilidade era feita...

O Sr. Dr. António Franco: — Antes da Sopromat, a contabilidade era feita no BPN.

O Sr. Honório Novo (PCP): — A contabilidade de quem?

O Sr. Dr. António Franco: — Do Banco Insular.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sempre foi feita pelo BPN?

O Sr. Dr. António Franco: — Pelo BPN, exactamente!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Nunca foi feita por nenhuma outra empresa? Antes da Sopromat?

O Sr. Dr. António Franco: — Foi feito BPN.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O BPN fazia a contabilidade própria e a contabilidade do Banco Insular?

O Sr. Dr. António Franco: — Exactamente!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., como sabe, esta empresa que referi há pouco, esta entidade imobiliária ERGI, foi vendida a um grupo brasileiro, em 2006, por uma quantia muitíssimo elevada, cerca de 130 milhões de euros, que é o que corre, sendo que, também se percebe, as contas de 2006 do BPN apenas reflectem receitas de cerca de 5,5 milhões de euros.

Há alguma explicação para isto, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. António Franco: — Não tenho nenhuma.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas confirma este dado?

O Sr. Dr. António Franco: — Não, não confirmo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não confirma, porque não conhece?

O Sr. Dr. António Franco: — Não conheço.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Nunca contactou com esta realidade?

O Sr. Dr. António Franco: — Nunca!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Nunca leu o relatório de contas do BPN onde esta receita estava...

O Sr. Dr. António Franco: — Não sabia sequer por que montante é que tinha sido vendido.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem.

O Sr. Dr. António Franco: — Nem sabia também por que montante é que tinha sido comprado. Se foi vendido é porque também foi comprado antes, mas desconheço o montante por que o foi.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., ainda relacionado com as actividades de supervisão, temos a noção que o Banco Insular não era auditado, não tinha auditores externos, pelo menos, a partir de 2003.

O Sr. Dr. António Franco: — A partir de 2004, não tinha.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sim, 2003 ou 2004. Antes, teve e a partir de 2004...

O Sr. Dr. António Franco: — E é obrigatório em Cabo Verde!

O Sr. Honório Novo (PCP): — O quê?

O Sr. Dr. António Franco: — A auditoria externa.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas não tinha?

O Sr. Dr. António Franco: — A partir de 2004, não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem. E isso foi uma decisão de quem?

O Sr. Dr. António Franco: — Foi uma decisão do Dr. Oliveira e Costa.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Do Dr. Oliveira e Costa ou da administração da SLN?

O Sr. Dr. António Franco: — Os contactos que eu tinha eram sempre com o Dr. Oliveira e Costa, portanto...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não tem conhecimento de nenhuma reunião do conselho de administração da SLN que tenha determinado essa decisão?

O Sr. Dr. António Franco: — Não!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Nunca viu nenhuma acta em que isso figurasse.

O Sr. Dr. António Franco: — Nunca vi nenhuma acta da SLN.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem.

Sr. Dr., vou-lhe fazer, agora, algumas perguntas sobre *offshores* e vou-lhe citar quatro ou cinco e gostava que me dissesse o que é que conhecia sobre elas.

A primeira é a Planfin.

O Sr. Dr. António Franco: — Planfin não é uma *offshore*, é uma empresa portuguesa.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Depois caracterizará, Sr. Dr.

Portanto, uma é a Planfin; outra é a Dafco, pertencente ao universo BPN SLN; outra, é a Investec, pertencente ao Banco Efisa. Alguma vez ouviu falar de uma empresa chamada A1, pertencente ou do universo do

Banco Insular, da Imotrieste, da Imocanárias, da Sojoca e da Abnerka Trading?

Também gostava de saber se conhece o Sr. José Albano de Oliveira.

O Sr. Dr. António Franco: — Começo por responder à última pergunta. Suponho que esse senhor é a pessoa que conheço e que trabalha no Grupo SLN. E o meu conhecimento é de «olá, estás bom, bom dia e boa tarde» e nem sei o que ela faz lá dentro.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não tem conhecimento que tenha alguma posição accionista em alguma empresa?

O Sr. Dr. António Franco: — Não, não faço a mínima ideia.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem.

O Sr. Dr. António Franco: — Quanto a estes *offshores*, tirando aquilo que disse, a Planfin, que não é *offshore* nenhum, é uma empresa portuguesa e, portanto, pode ser consultada no *site* a sua actividade, sobre quem são os seus accionistas, o seu capital social, enfim, pode ser tudo consultado, porque é público e o *site* das Finanças tem isso, certamente.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas, Sr. Dr., tinha alguma relação funcional com o Grupo SLN?

O Sr. Dr. António Franco: — Eu suponho que tinha, porque fazia contabilidade de n empresas do universo SLN e, portanto, suponho que sim, que tinha.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., está a referir-se a uma empresa chamada Planfin Contas? É isso?

O Sr. Dr. António Franco: — Estou a referir-me à Planfin!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas há uma outra que é a Planfin...

O Sr. Dr. António Franco: — Eu só conheço a Planfin (p.l.a.n.f.i.n).

O Sr. Honório Novo (PCP): — Que trata de contabilidade?

O Sr. Dr. António Franco: — Exactamente!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas não é a essa a que me estou a referir, Sr. Dr.!

O Sr. Dr. António Franco: — Ah, eu só conheço essa, de facto. Pensei que se estava a referir a essa.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não conhece nenhuma outra com o nome praticamente igual?

O Sr. Dr. António Franco: — Não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Nem nunca ouviu falar?

O Sr. Dr. António Franco: — Não estou a ver. Pensei que se estava a referir a esta e por isso é que comecei por dizer que não era uma *offshore*, era uma empresa portuguesa.

Quanto às outras *offshores*, confirmo que, provavelmente, fizemos, nós, direcção de operações, vários movimentos com elas, mas, obviamente, não faço identificação de nenhuma delas, sendo que a maior parte delas nem conheço.

O Sr. Honório Novo (PCP): — É capaz dizer se já alguma vez ouviu falar delas?

O Sr. Dr. António Franco: — Suponho que a única que não me lembro de ter ouvido falar foi a penúltima que disse.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Finalmente, Sr. Dr., hoje, na comunicação social, durante a tarde, fez-se eco de afirmações produzidas, suponho que hoje mesmo, pelo senhor. E eu queria, naturalmente, confrontá-lo com as suas próprias afirmações para que elas ficassem aqui registadas.

O Sr. Dr. António Franco: — Com certeza!

O Sr. Honório Novo (PCP): — E a primeira é a seguinte: para o senhor, muitas das respostas estão nas contas apresentadas todos os anos.

Tendo em conta esta sua afirmação, eu queria que nos explicasse bem o que é que significa isto e se é possível, nessas contas, percebermos ou não, se estão reflectidos ou não, no seu entender, fenómenos de que temos ouvido falar durante estes dias como, por exemplo, aquele que, há bocado, referi sobre a ERGI, no Brasil, ou sobre créditos concedidos sem garantias reais ou sem garantias reais suficientes, por exemplo, ao Sr. El-Assir, isto para não referir situações como a do famoso negócio de Porto Rico.

A outra questão é para saber se o senhor confirma — porque a sua afirmação é extremamente grave e é responsabilizante de terceiros — e em que é que se baseia para o afirmar, que os relatórios da auditoria interna eram feitos e apresentados ao Dr. Oliveira Costa, que os censurava...

O Sr. Dr. António Franco: — E é a inteira verdade!

O Sr. Honório Novo (PCP): — ... e, depois, saíam outros.

Ora, eu queria que precisasse se isto é verdade, e, se isso aconteceu com que auditores e revisores...

O Sr. Dr. António Franco: — Eu estava a referir-me à auditoria interna!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sim, da auditoria interna. E, por isso, lhe pergunto: com que auditores e qual foi a posição desses auditores perante a censura aos seus próprios relatórios?

Finalmente, o Sr. Dr. disse, a determinada altura, que – e continuo a citar – alertou, no passado, para algumas práticas que levantavam dúvidas. Ora, eu queria que o senhor nos respondesse ao seguinte: alertou para que práticas? Quem alertou? Como alertou? Quando alertou? – pessoas, forma, altura e conteúdo.

O Sr. Dr. António Franco: — Peço imensa desculpa, mas a primeira pergunta qual era?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Tinha a ver com as contas e com operações como a dos créditos ao Sr. El-Assir...

O Sr. Dr. António Franco: — Eu não me estava a referir a isso; estava a referir que, de facto, os relatórios e contas do Grupo SLN têm, em anos consecutivos, rubricas, quase sempre muito expressivas, de uma coisa que se chama «resultado extraordinário», que, como o próprio nome indica, deviam ser extraordinários e são, quase sempre, consecutivos e, inclusive, muitas vezes, como eram feitos interempresas financeiras do Grupo eram mandados anular, nos anos a seguir, pelo próprio Banco de Portugal, porque não considerava que aquilo fosse uma mais-valia.

Portanto, era a isso, exactamente, que me estava a referir. E, portanto, quem analise, quem conheça e quem saiba analisar os relatórios

e contas, tem, ao longo dos anos todos, matéria que mereça mais atenção.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Posso interrompê-lo, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. António Franco: — Pode, com certeza!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Isso significa que esses resultados extraordinários eram, sucessivamente, repetidos?

O Sr. Dr. António Franco: — Não, não eram sucessivamente repetidos; aconteciam sempre, não eram sempre os mesmos.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não eram sempre os mesmos! A operação de introdução dos resultados extraordinárias era repetida ano a ano.

O Sr. Dr. António Franco: — Exactamente!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Com o mesmo desenvolvimento concomitante?

O Sr. Dr. António Franco: — Quer dizer, a forma como eram constituídos, provavelmente, iam sendo diferentes – não sei agora explicar qual é –, mas, muitos, muitos deles, lembro-me perfeitamente de

o Banco de Portugal, depois, mandar anular, por exemplo, mais-valias realizadas entre empresas do Grupo, nos anos seguintes.

Obviamente que a notícia que vem não traz o enquadramento total, mas o enquadramento foi este. De facto, quem analisar os relatórios vê que há ali matéria que, provavelmente, merece um olhar mais cuidadoso para o Grupo BPN.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Isso significa que a supervisão...

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, pensei que já tivesse acabado as suas perguntas!

O Sr. Honório Novo (PCP): — É para precisar esta questão, Sr.ª Presidente.

Isso significa que a supervisão, que lê naturalmente os relatórios de contas anuais, quando tem uma sequência de relatórios sempre com receitas extraordinárias...

O Sr. Dr. António Franco: — A supervisão não precisava, porque a supervisão sabe, exactamente, como é que são constituídos os resultados e não precisa de esperar pelo relatório e contas, uma vez que nas suas acções de supervisão, vai vendo, não é?

O Sr. Honório Novo (PCP): — O que é que o Sr. Dr. quer dizer exactamente com isso?

O Sr. Dr. António Franco: — Vai vendo, ao longo do tempo, os negócios que se fazem e cada vez que faz uma inspecção vai vendo os negócios que se fazem.

Portanto, em resposta à sua pergunta sobre se o Banco de Portugal precisava de aguardar pelo relatório e contas, respondo que, muitas vezes, não precisam, porque, na altura da inspecção, detectam, fazem perguntas e, portanto os relatórios e contas, na minha opinião, mereciam um olhar mais atento. É a minha opinião.

Quanto aos relatórios da auditoria interna, a afirmação que fiz foi por ter estado presente, em várias ocasiões em que foi solicitado ao director da auditoria a alteração dos relatórios de inspecção.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., por quem?

O Sr. Dr. António Franco: — Pelo Dr. Oliveira e Costa.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E quem estava mais, além do Sr. Dr.?

O Sr. Dr. António Franco: — O responsável da auditoria, Dr. Jorge Rodrigues.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Estavam os três?

O Sr. Dr. António Franco: — Estávamos os três. Não estávamos sempre os três, mas eu assisti duas ou três vezes a isso.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem.

E o Sr. Dr. Jorge Rodrigues, portanto o auditor interno, trabalhou no Grupo durante quanto tempo?

O Sr. Dr. António Franco: — Ainda trabalha.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E trabalhou desde quando?

O Sr. Dr. António Franco: — Quando eu cheguei, já lá estava.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O senhor recorda-se do ano?

O Sr. Dr. António Franco: — Eu entrei em Junho de 1999.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Quanto à última pergunta sobre se alertou para algumas práticas. Que práticas, quem, quando e como?

O Sr. Dr. António Franco: — É assim: muitas vezes, essas ordens que eram dadas, nomeadamente para transferências para o Banco Insular, como devem calcular, muitas delas eram verbais, não é?

Bom, eu alertei várias vezes para isso, pois muitas delas eram incompletas e, portanto, para as pessoas que estavam nas operações, fazia alguma confusão que não tivesse uma qualidade mínima a forma como eram apresentadas as operações, mas, nomeadamente, o que faz mais confusão é, de facto, não haver um formalismo e por escrito. E eu

alertei várias vezes o Dr. Luís Caprichoso, bem como o Dr. Oliveira e Costa e o Eng.º Francisco Sanches.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E o quarto elemento que referiu, no início, também foi alertado pelo Sr. Dr.?

O Sr. Dr. António Franco: — Não porque esse elemento não podia solucionar este problema.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, só os três: o Dr. Luís Caprichoso, o Eng.º. Francisco Sanches e o Dr. Oliveira e Costa.

O Sr. Dr. António Franco: — Exactamente!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Também foi verbalmente?

O Sr. Dr. António Franco: — Verbalmente e ao longo do tempo. Inclusive, há *e-mails* trocados sobre essa matéria.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Há *e-mails* trocados! Não os tem em seu poder?

O Sr. Dr. António Franco: — Não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem.

Os accionistas nunca foram contactados por si para falar sobre este tema?

O Sr. Dr. António Franco: — Qual tema? É que são vários os temas sobre os quais, a partir de Maio de 2007, comecei a falar com os accionistas e a alertá-los.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Quais accionistas, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. António Franco: — Não sei se é muito relevante. No fundo, vocês acabam por conhecê-los. Foram as pessoas que se reuniam num grupo que acabou por demitir o Dr. Oliveira e Costa. Vocês conhecem-nos. O conhecimento dessas pessoas é público e, portanto...

A Sr.ª Presidente: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

Faça favor, Sr. Deputado, por um período de 10 minutos.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr.ª Presidente, mas 10 minutos para as perguntas!

Sr. Dr. António Franco, muito obrigado pelos esclarecimentos que nos presta.

Queria perguntar-lhe, em primeiro lugar, se nos pode explicar o que é que é exactamente isto do AS/400.

O Sr. Dr. António Franco: — Eu, de facto, não sou grande especialista informático e, portanto, vou contar aquilo que me contaram.

O AS/400 é uma máquina da IBM, que já foi maior mas, neste momento, é pequena mas muitíssimo robusta. Inclusive, só para terem uma ideia, uma máquina chega a ter três aplicações informáticas de três bancos diferentes.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — No plano do BI linha, qual a relevância desse facto, se é que lhe vê alguma?

O Sr. Dr. António Franco: — Peço desculpa, não se importa de repetir?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — No plano do funcionamento do BI linha, qual a relevância dessa capacidade e dessas características, se é que lhe vê alguma?

O Sr. Dr. António Franco: — Não entendo a pergunta, peço desculpa.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O AS/400 era o equipamento utilizado basicamente no funcionamento do BI linha, não era assim?

O Sr. Dr. António Franco: — Exactamente. Inclusive o Grupo BPN, em termos de aplicações bancárias, só tem AS/400.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Numa audição recente, o Dr. António José Duarte esclarecia que, pelo tipo de utilização desse equipamento, o BI linha não poderia ser considerado como banco virtual, porque realizava operações materiais...

O Sr. Dr. António Franco: — Sim, está tudo registado, não falta uma vírgula.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — ... e, portanto, quem quisesse, ao nível do conselho de administração do BPN, e referiu também auditores internos e externos, poderia, sem dúvida, saber o âmbito e a realidade das operações.

Pedia-lhe que me confirmasse se assim era e de que forma.

O Sr. Dr. António Franco: — As operações eram todas registadas – aliás, não há como não registar, porque a própria aplicação é crítica em relação a coisas que não são completas.

Portanto, está tudo registado, como disse há bocado, e tem históricos e tem *tapes* desde, provavelmente, o primeiro movimento. Era possível, caso tivesse acesso, qualquer pessoa, na área de competência das suas funções, fazer a análise que pretendia fazer.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., imagine que eu sou supervisor e recebo indícios ou é-me comunicado da existência do Banco Insular e de suspeitas sobre utilização do Banco Insular como forma

ilegítima de dissipação de recursos do banco, de depósitos de depositantes e do mais que fosse dessa engenharia financeira. Eu, supervisor, de que forma é que poderia tentar, nesse âmbito de supervisão, verificar no BPN e perceber no BPN se isso era verdade ou não?

O Sr. Dr. António Franco: — Fazendo uma coisa muito simples, que nunca foi feita: tira o extracto de conta do Banco Insular!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Diz-me o Sr. Dr., então, que a supervisão, tendo indícios sobre a utilização do Banco Insular, poderia, querendo, ter pedido esse extracto?

O Sr. Dr. António Franco: — Sim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Já agora, isto leva-me a outra questão: o Sr. Dr. desde quando conhece o Banco Insular?

O Sr. Dr. António Franco: — Conheço o Banco Insular desde o início de 2002. Fui chamado à administração e o Dr. Oliveira e Costa comunicou-me que o Grupo da SLN ia passar a dispor de um banco na praça de Cabo Verde.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E que tipo de operações eram feitas no Banco Insular e no BI linha?

O Sr. Dr. António Franco: — As operações, essencialmente, eram operações de crédito.

Tudo o resto que era feito, nomeadamente os depósitos que lá eram postos, era por necessidade de fazer aquilo que, na prática e na gíria, em contabilidade se diz: «o crédito tem que ser igual ao débito». Mas, *grosso modo*, as operações que eram feitas no Banco Insular eram operações de crédito.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., o banco deve ter uma comissão de crédito, não é assim?

O Sr. Dr. António Franco: — O BPN tem.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Já agora, o Sr. Dr. sabe quem constituía, *grosso modo*, nestes últimos tempos, essa comissão de crédito do BPN?

O Sr. Dr. António Franco: — Neste momento, não me lembro exactamente. Tinha quatro ou cinco escalões. Começava pelo primeiro escalão, que era quem fazia a proposta, que era o nível mais baixo, em termos hierárquicos, da área comercial, depois passava para directores de zona, depois passava para administrador comercial e, depois, havia um nível de decisão que era entre o administrador responsável da área de risco e o administrador da área comercial e, na minha altura, foi criado um outro nível para agilizar, digamos, todo este esquema de decisão, onde, para além destes dois administradores da área de risco e da área

comercial, se incluiu o da área financeira, nomeadamente para questões de *pricing* e taxas e, portanto, era para agilizar o processo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., e essa utilização do Banco Insular e as operações de crédito através do Banco Insular eram feitas com recursos a essa comissão de crédito ou...

O Sr. Dr. António Franco: — Não, não!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Essas instruções que lhe eram dadas, nomeadamente pelas pessoas cujos nomes são aqueles que aqui referiu, parece-lhe que eram do estrito âmbito de decisão dessas pessoas ou eram decisões partilhadas?

O Sr. Dr. António Franco: — Não lhe sei responder. Presumo que fossem partilhadas.

Acho que a única pessoa que tinha autonomia para, sozinho, decidir operações, seria o Dr. Oliveira e Costa, porque quanto a qualquer um dos outros teria que haver algum *meeting*, suponho eu. Isto é uma suposição, porque eu nunca estive presente, mas suponho que era assim que devia funcionar.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr. recebia instruções de todos eles?

O Sr. Dr. António Franco: — Sim, de todos eles.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., donde é que vinha o dinheiro para estas operações feitas no Banco Insular e no BI linha?

O Sr. Dr. António Franco: — Vinha de clientes Cayman.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — De clientes Cayman?

O Sr. Dr. António Franco: — Exactamente!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pode explicar, sumariamente, esse trajecto e como é que funcionava para conhecimento de quem, aqui, não está familiarizado com essa situação?

O Sr. Dr. António Franco: — Portanto, os clientes Cayman tinham depósitos em Cayman, e, pela necessidade de *funding* que o Banco Insular tinha, fazia-se a transferência desses depósitos para o Banco Insular, que serviam para, digamos, completar o balanço do Banco Insular, em termos de *funding*.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr. é capaz de explicar a esta Comissão, se é que sabe, onde foi gasto o dinheiro dessas operações? Isto é, se, basicamente, pode tipificar para o lá do Banco Insular o que é que existe.

O Sr. Dr. António Franco: — De facto, nas interpelações das pessoas que têm vindo a esta Comissão, eu tenho reparado que fazem muitas perguntas sobre o Banco Insular, nomeadamente em termos técnicos, em termos de registos e em termos operacionais, e há uma pergunta, que estava sempre à espera de ouvir, que é: «então, o Banco Insular era para quê, exactamente?».

Portanto, o Banco Insular, *grosso modo*, daquilo que eu consigo entender – e eu não integrei sequer o Projecto César e, portanto, não tenho tanto detalhe, em termos de especialidade, daquilo que foi feito –, e eu já trabalho na banca há alguns anos, era para financiamento da actividade das empresas participadas do Grupo SLN, era, inclusive, para esconder algumas participações, daquelas e, provavelmente, de outras, como é óbvio, e era provavelmente – parece que fará sentido embora não saiba se para os Srs. Deputados, que não são bancários, faça ou não – para ocultar prejuízos e lucros.

Portanto, em termos de dizer para que é que servia o Banco Insular, digo-lhe que servia essencialmente para isso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Vou citar alguns exemplos daquilo que se me justifica na base de uma aplicação ilícita deste dinheiro que poderia ser utilizado o BI linha, e queria que o Sr. Dr. me confirmasse se assim era ou se, em alguns destes casos, assim não sucedia.

Pergunto-lhe também se foi utilizado o Banco Insular com transferências para *offshores* para mascarar financiamentos a membros dos órgãos sociais do BPN ou da SLN, ou para mascarar empréstimos de accionistas do Grupo SLN, ou para esconder acções próprias do Grupo

SLN, ou para esconder prejuízos do Grupo SLN, ou para justificar créditos em mora do Grupo SLN.

O Sr. Dr. António Franco: — Eu digo que sim a todos, exceptuando às primeiras, como é óbvio, mas também não digo que não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Portando, as duas primeiras seriam para mascarar financiamentos a membros dos órgãos sociais e empréstimos a accionistas do Grupo SLN?

O Sr. Dr. António Franco: — Exactamente!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., alguma vez lhe foi pedido, como director de operações ou como administrador com o pelouro das operações, para não registar operações realizadas?

O Sr. Dr. António Franco: — Enquanto era director de operações, sim.

De facto, havia um tipo de operações que, pela sua consequência contabilística ou impacto contabilístico no Grupo, foi solicitado que a direcção de operações não registasse: estou a referir-me, especificamente, a garantias prestadas a pedido dos clientes.

E esses pedidos, algumas vezes – não sei se todos, porque não tenho de cabeça –, eram certamente do conhecimento dos conselhos de administração do BPN, na altura, e foram pedidos pelo conselho de

administração, na altura. Não digo todas mas algumas delas foram! Pelo menos, com o seu consentimento, eram.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., parece-lhe que o que diz para o BPN é extensivo à administração Grupo SLN, naquilo em que os membros da administração do Grupo SLN não integrassem o BPN, ou não?

O Sr. Dr. António Franco: — Extensivo, como? Não percebo.

O Sr. Nuno de Melo (CDS-PP): — Esse nível de conhecimento, que percebemos nas administrações do BPN, é extensivo à administração do Grupo SLN, ou parece-lhe que não? Se é que tem conhecimento disso.

O Sr. Dr. António Franco: — Parece-me que não.

Quanto a pessoas que fossem, digamos, de actividade comum, como é o caso do Dr. Oliveira e Costa e como seria o caso do Eng.º Francisco Sanches, que não sendo administrador do BPN era presença sempre nos conselhos de administração por ser chefe de gabinete do Dr. Oliveira e Costa, a resposta, relativamente a essas duas perguntas, é sim; quanto aos outros, não faço ideia.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., na administração do Dr. Oliveira e Costa alguma vez discutiram abertamente o assunto Banco Insular ou não?

O Sr. Dr. António Franco: — Eu e ele ou outras pessoas da estrutura?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — A estrutura, a administração, o conselho de administração.

O Sr. Dr. António Franco: — É assim: na altura em que entrei para o conselho de administração ou pouco depois, estava a decorrer no BPN uma inspecção do Banco de Portugal, que durou muito tempo, oito ou nove meses, que, digamos, pode parecer mas não é anormal, tendo em conta a matéria e a dificuldade, às vezes, em se obterem as respostas...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Quando?

O Sr. Dr. António Franco: — Não sei exactamente a data, foi logo depois de eu ter entrado ou já estava antes de eu ter entrado para a administração e algures, no primeiro ano em que eu estive, portanto já em 2006, acabou e emitiu um relatório.

Na altura em que emitiu o relatório – o relatório é dirigido ao conselho de Administração do BPN e da SLN e tem matéria relevante que interessa aos órgãos sociais –, eu confrontei o Dr. Oliveira e Costa com a necessidade de apresentar esse relatório do Banco de Portugal aos membros do conselho de administração do BPN, do qual eu fazia parte, tendo em conta que na SLN era ele que decidia, e a resposta dele foi: não! E eu, inclusive disse-lhe que se não fosse ele a apresentar, apresentava eu e que era, de alguma forma, vergonhoso não ser o presidente do conselho

de administração a entregar o relatório da inspeção do Banco de Portugal.

Devo dizer-lhe que um administrador, que já lá estava e que, portanto, já fazia parte do conselho de administração, que comentou comigo que era a primeira vez que os membros do conselho de administração do BPN, ou ele, pessoalmente, recebiam um relatório da inspeção do Banco de Portugal.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Era a primeira vez?

O Sr. Dr. António Franco: — A primeira vez!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., e na administração do Dr. Abdool Vakil alguma vez foi discutido o mesmo assunto – Banco Insular?

O Sr. Dr. António Franco: — Foi. E foi, inclusive, porque o Banco Insular, em termos do conselho de administração, já havia sido discutido mesmo no fim do mandato do Dr. Oliveira e Costa, porque era uma resposta em falta, como eu disse, à pergunta que foi feita no dia 27 de Julho de 2007 e que é uma daquelas, como tenho ouvido aqui nesta Comissão, célebres perguntas que estão por responder.

Esta pergunta nunca foi respondida e, portanto, ficou sempre em falta, o que, a mim, pessoalmente, faz um bocado de impressão, porque é uma pergunta de fácil resposta e de fácil verificação, porque, mesmo que o Banco Insular não tivesse nada a ver com o Grupo SLN, pelo

menos, a forma como a pergunta é feita pelo Banco de Portugal merece uma resposta, porque, *grosso modo*, pergunta-se que tipo relação é que tem, que montantes tem a haver, a receber, e só o facto de prestarmos serviços de banco correspondente obriga-nos a responder, porque nós, sempre como banco correspondente, só temos dinheiro a haver ou temos dinheiro a receber, porque é normal que o serviço de banco correspondente, por exemplo, permita que esse cliente – banco – tenha saldo a descoberto, pois não se obriga o cliente a ter sempre contas zero ou contas positivas, há uma facilidade de crédito. É uma das coisas que podem acontecer, prestando serviço de banco correspondente.

Portanto, uma resposta deveria existir sempre e, como digo, mesmo que o Banco Insular não tivesse nada a ver com o Grupo SLN. Aliás, podia ter ido uma resposta nestes termos: sim, senhor, nós prestamos serviço de banco correspondente, a situação a esta data é esta... Portanto, isso tinha que existir e nunca existiu.

E, já mais para o fim do mandato do Dr. Oliveira e Costa, o Banco de Portugal começou a colocar questões que se aproximam muito do Banco Insular e, portanto, a partir dessa data, no próprio conselho de administração, começou a falar-se na necessidade de arranjar uma solução e arranjar a solução é, essencialmente, o fora de balanço, e aí isso tem de ser solucionado, como óbvio, porque, se não houvesse fora de balanço, certamente nenhum de nós estaria aqui, porque do que estaríamos a falar era de um banco que não era reconhecido na SLN, o que se chama vulgarmente um *show bank* e, portanto, o Banco de Portugal tinha mandado enquadrar isso na SLN, e, por essa razão

específica do Banco Insular, esta Comissão não tinha razão para existir, embora pudesse ter por outras.

Portanto, mesmo no fim do mandato do Dr. Oliveira e Costa, no conselho do BPN, começou-se a falar sobre o Banco Insular e, obviamente, no conselho presidido pelo Dr. Abdool Vakil também.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., desde quando é que lhe parece que o Banco de Portugal teve conhecimento ou tinha a obrigação de ter conhecimento, face a factos ou indícios, da existência do Banco Insular ou, pelo menos, de parte deste esquema de funcionamento do BPN?

O Sr. Dr. António Franco: — Essa pergunta é um bocado difícil de responder.

Em Julho de 2007, tinha certamente, é indiscutível, como é óbvio! Que o podia ter feito antes, nomeadamente pedindo um extracto de conta, se tinha alguma suspeição, também é certo... Inclusive, o Banco de Portugal, há uma altura, não sei precisar a data, em que pede o relatório e contas do Banco Insular.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., e isso antes ou depois de 2008?

O Sr. Dr. António Franco: — Muito antes de 2007. Pede o relatório e contas, portanto já tem a noção da sua existência.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Se o Sr. Dr. está a dizer-me que antes de 2007 o Banco de Portugal já pediu relatórios de contas do Banco Insular, isso significa, no mínimo, intuir que o Banco Insular era realidade SLN?

O Sr. Dr. António Franco: — Isso é uma análise que eu não sei. Que pediram, pediram. Porquê? Não sei. Mas pediram.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, diga-me outra coisa, por favor: quem e desde quando, ao nível da administração, ao nível do conselho superior, ao nível mais alargado daqueles que mantinham conhecimento ou contacto com a realidade BPN Grupo SLN, sabia desta realidade, ou conhecia, ou tinha obrigação de saber da existência do Banco Insular, entre outros, e também das outras práticas, que já aqui percebemos, e que já descreveu com recurso a Cayman, e dos *offshores* que serviam para, nomeadamente, aquilo que também já explicou?

O Sr. Dr. António Franco: — Na minha opinião, e é uma opinião, como é óbvio, inclusive, após a carta que o Dr. Abdool Vakil mandou para o Banco de Portugal, ele, o Dr. Abdool Vakil, pediu-me para eu ser o administrador interlocutor com o Banco de Portugal sobre a matéria do Banco Insular, e, portanto, eu fui lá várias vezes, ao Banco de Portugal, falar sobre o assunto, explicar o assunto, *grosso modo* fazer o que estou a fazer aqui. Isto, repito, após o Dr. Vakil ter enviado a carta. E o Banco de Portugal também me fez a pergunta que o Sr. Deputado me está a fazer sobre «o que é que eu achava» e fez-me perguntas muito precisas sobre

se a auditoria, se os ROC, enfim, se uma série de pessoas tinham ou não obrigação de saber isso.

Bem, eu, de facto, tenho algum decoro em responder a isso e acho muito difícil que áreas como a auditoria e a direcção financeira não tivessem a noção, para além daquilo que já foi dito aqui em termos informáticos, mas que há que desvalorizar, porque não são bancários, são informáticos e, como tal, não têm aquelas noções básicas de bancários. Mas há aqui áreas em que é impossível não terem tido conhecimento, nomeadamente a auditoria, a direcção financeira, enfim, há áreas que é impossível não terem tido conhecimento.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Tem conhecimento de terem sido alterados relatórios?

O Sr. Dr. António Franco: — Relatórios de auditoria?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim.

O Sr. Dr. António Franco: — Relatórios de auditoria alterados? Sim, sim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É capaz de explicar o contexto, como e por quem?

O Sr. Dr. António Franco: — Olhe, o último a que assisti foi o da auditoria interna do BPN, que foi fazer uma auditoria a Cabo Verde não

sobre o Banco Insular, mas, obviamente, sobre o Cayman e sobre o IFI e uma auditoria feita sobre esses dois bancos, obviamente, chega rapidamente ao Banco Insular e, portanto, o relatório da auditoria mencionava, inúmeras vezes, o Banco Insular. E, à minha frente, isso foi solicitado ao Dr. Jorge Rodrigues para ser retirado do relatório.

O Sr. Nuno de Melo (CDS-PP): — Quem fez essa auditoria foi o Dr. Jorge Rodrigues, portanto?

O Sr. Dr. António Franco: — Não foi ele directamente, suponho que quem foi lá foi pessoal que trabalhava com ele. Acho que não foi ele exactamente que foi a Cabo Verde.

O Sr. Nuno de Melo (CDS-PP): — Isso foi quando, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. António Franco: — Estamos a falar de 2007.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., enquanto administrador do BPN, foi alguma vez chamado pelo ex-vice governador do Banco de Portugal, Dr. António Marta, para alguma reunião?

O Sr. Dr. António Franco: — O Dr. António Marta, vice-governador, logo no início – peço imensa desculpa mas eu sou muito mau para datas e, acreditem, isto não é nada propositado –, um dos primeiros acontecimentos institucionais foi a convocação, pelo Dr. António Marta, do conselho de administração da SLN, do BPN, dos ROC e dos auditores

externos ao Banco de Portugal – suponho, inclusivamente, que ele já deu essa informação aqui nesta Comissão. Nessa reunião, ele, Dr. António Marta, foi, muito duro, chegou mesmo a ameaçar cortar licenças de aceitar depósitos ou conceder de créditos se não houvesse uma clara e evidente mudança de actuação não só com o supervisor como de funcionamento interno.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., portanto, quanto ao Dr. António Marta, estamos a falar, necessariamente, de uma realidade anterior a 2006, não é assim?

O Sr. Dr. António Franco: — Sim, por aí assim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E houve essa alteração ou não?

O Sr. Dr. António Franco: — Aparente, sim. Houve um novo conselho e, de facto, no início, as coisas, mesmo para consumo interno, tiveram alguma mudança de postura, mas rapidamente voltou tudo ao mesmo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E o Banco de Portugal, apesar disso, interveio ou não?

O Sr. Dr. António Franco: — Não. Inclusivamente, depois, quando houve a substituição do Dr. António Marta pelo Prof. Duarte Neves, também fomos chamados todos lá.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., e o que é que, *grosso modo*, justificava esse pedido de colaboração, ou seja, na perspectiva do banco o que é que o banco já sabia ou invocava como justificando essa colaboração ou alteração de procedimentos ou o que fosse?

O Sr. Dr. António Franco: — Eu diria que, desde início, uma coisa que sempre fez muito impressão ao Banco de Portugal foi a forma como o Grupo é constituído.

O Grupo SLN é, praticamente, o inverso do que são os grupos portugueses, o banco aparece um bocado na base da pirâmide e os grupos portugueses, geralmente, têm os bancos em cima e, depois, têm várias coisas. E, portanto, esta estrutura obrigava a um esforço acrescido do Banco de Portugal que, inclusivamente, tinha de auditar empresas de vinhos e, enfim, outras empresas que tínhamos.

Portanto, isso foi sempre algo muito complicado e que, inclusive, é permissivo, provavelmente – eu não sou especialista na matéria, mas para alguém que algum dia se queira dedicar sobre esse caso –, a muitas das coisas que aconteceram, porque, de facto, a confusão é possível na forma como o Grupo está criado.

Obviamente que ninguém, nem o próprio Banco de Portugal, pode dizer que, ao longo dos tempos, não foi detectando coisas incorrectas,

más práticas, que necessitavam de ser corrigidas. É uma afirmação que não pode fazer, como é óbvio. Aliás, se alguém tiver acesso aos vários relatórios da inspecção do Banco de Portugal, vê que muitas das matérias são sempre as mesmas, anos após anos, fala-se sempre da mesma coisa. E, portanto, suponho que a interpelação do Dr. António Marta ia nesse sentido, quer dizer, não só de ter uma postura diferente para com o Banco de Portugal, nomeadamente responder às coisas atempadamente, como, inclusive, ter uma governação muito diferente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Enquanto o Sr. Dr. estava dar esta resposta, estava a recordar-me de uma entrevista do Dr. Vítor Constâncio onde ele dizia, a propósito do BI linha e de outras realidades, que «o Banco de Portugal não podia fazer nada, porque não havia rumores, não havia indícios, não havia nada». Julgo que o citei textualmente de forma correcta, isto é, «não havia rumores, não havia indícios, não havia nada». E eu pergunto ao Sr. Dr. se essa avaliação...

O Sr. Dr. António Franco: — Eu não concordo com essa afirmação!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., pode explicar, por favor, do ponto de vista da operação, a diferença entre o crédito pedido por via comercial e o crédito pedido por via do *private banking*.

O Sr. Dr. António Franco: — É assim: nós tínhamos – agora já não sei –, de facto, duas estruturas comerciais: uma estrutura comercial tradicional, que é aquela que é suportada na actividade dos balcões ou

nas agências do BPN e respeitava a algo que o BPN tinha, que era um *workflow* de crédito onde todas as operações ficavam registadas, todas as intervenções de toda a gente ficavam registadas; e tínhamos um circuito comercial do *private banking*, que não utilizava o *workflow* de crédito, que as suas operações não iam sequer ao risco e, portanto, faziam ligação directa com o Dr. Oliveira e Costa.

O Sr. Nuno de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr. foi administrador de uma sociedade gestora de participações imobiliárias, a Imofundos?

O Sr. Dr. António Franco: — A Imofundos – Sociedade Gestora de Fundos Imobiliários, sim.

O Sr. Nuno de Melo (CDS-PP): — Quando é que o Sr. Dr. saiu desta sociedade e por que é que saiu?

O Sr. Dr. António Franco: — Saí em Setembro de 2007, pelas razões que já disse ao Sr. Deputado Honório Novo.

De facto, houve uma operação que foi proposta pela via comercial, que foi recusada, e que, depois, ele foi ao *private banking* e pediu ao *private banking* que metesse essa operação e acabou por ser concedida e, na sequência disso, porque, de facto, achei uma deslealdade enorme, aliás, uma dupla deslealdade, porque um dos membros do conselho, que foi o administrador comercial, já tinha recusado a operação e, portanto, por uma questão ética e de solidariedade com ele, essa operação não devia ter sido apresentada em mais lado nenhum e, da parte da

Imofundos, porque nem sequer me deu a hipótese de eu analisar a operação.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Suponho que foi concedido o crédito, não é assim?

O Sr. Dr. António Franco: — Foi concedido o crédito.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E sabe o resultado final do fundo?

O Sr. Dr. António Franco: — O fundo foi feito e, neste momento, não sei exactamente como é que está.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., suponho que deu aqui uma nota sobre um clima, a dado passo, de contestação ao Dr. Oliveira e Costa, não é assim?

A Sr.ª Presidente: — O Sr. Deputado está quase a terminar, não está?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Praticamente. Eu suponho que nos meus 10 minutos ainda não exagerei com as perguntas, Sr.ª Presidente!

A Sr.ª Presidente: — Eu depois mostro-lhe as contas, Sr. Deputado!

Faz favor.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Está a ser útil!

Sr. Dr., precisando melhor a pergunta, há pouco, em resposta ao Sr. Deputado Honório Novo, pareceu-me já ter reflectido sobre esse clima de contestação ao Dr. Oliveira e Costa, não?

O Sr. Dr. António Franco: — Não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, pergunto, Sr. Dr., se verificou, em algum momento, algum clima de contestação ao Dr. Oliveira e Costa, se se apercebeu e, a ter existido, por que razão, por quem, enfim, pedia-lhe que nos falasse um bocadinho disso.

O Sr. Dr. António Franco: — É assim: de facto, há aqui dois momentos importantes na vida do BPN SLN, que criam, de facto, essa contestação. A contestação interna é uma realidade!

E, como dizia, há dois momentos: primeiro, quando o Dr. Oliveira e Costa anuncia publicamente que vai fazer um IPO. Os bons profissionais que tinham a noção, cada um da sua parte, dos problemas que o Grupo tinha, sabiam que fazer um IPO era uma coisa impensável, como é óbvio, inclusive poderia até vir a trazer problemas muito complicados porque, se se fizesse um IPO numa instituição que veio a acabar como acabou, se se fizesse um IPO naquela altura, isto é, meter mais um supervisor com outras qualidades de supervisão, que era a CMVM era estarmos a meter

muito mais accionistas, que sofreriam as consequências da compra potencial que fizessem.

Portanto, há aqui uma série de pessoas que, graças a Deus, com alguma consciência, nessa altura, começam a opor-se, porque não se revêem já na estratégia do Dr. Oliveira e Costa.

O segundo momento foi, de facto, o envio deste *e-mail* ao Banco de Portugal, em que, de facto, o Banco de Portugal, de uma forma muito explícita, quer saber coisas sobre o Banco Insular e não há uma reacção do Dr. Oliveira e Costa.

Eu, várias vezes, pedi ao Eng.º Francisco Sanches para nós respondermos ao Banco de Portugal e ele recusou sempre a resposta, inclusive disse para não darmos resposta nenhuma., E esse foi outro momento, de facto, em que outro conjunto de pessoas se apercebeu de que não havia soluções porque sempre nos foi «vendido» que muitas das coisas eram transitórias e que para bem do Grupo e que havia solução futura e, portanto, o Grupo ia crescer e havia uma solução futura.

Esses momentos, aliados a uma coisa que, mais tarde, aconteceu ao Dr. Oliveira e Costa, que fez uma entrevista tristíssima, em termos morais mesmo como líder de uma instituição, que disse que esperava que toda na gente cumprisse com o dever da transparência e de cumprimento dos seus deveres e que não carregassem apenas nas teclas... Portanto, a ideia que ficou foi de que já antevia alguns problemas e estava a sacudir a água do capote, como se o facto não carregar nas teclas lhe tirasse alguma responsabilidade, que não tira, como é óbvio.

Portanto, houve aqui vários momentos e vários grupos diferentes que começaram, digamos, a ser contra a continuidade daquela governação que, de facto, veio a resultar naquilo que veio a resultar.

Essencialmente, o Dr. Oliveira e Costa cai por contestação interna e não externa.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E isso leva-me a duas preocupações: em primeiro lugar, o Sr. Dr. confirma, então, que o Banco de Portugal se conforma, desde Junho ou Julho de 2007, com a ausência de respostas a perguntas concretas sobre o Banco Insular, sem agir. É assim?

O Sr. Dr. António Franco: — É.

O Sr. Nuno de Melo (CDS-PP): — Isso é um dado importante.

Sr. Dr., já agora e já que chegamos a este ponto, pergunto-lhe quem é que comunicou a saída do Dr. Oliveira e Costa e de que forma? Como é que o Sr. Dr. sabe da saída do Dr. Oliveira e Costa e da sua cessação de funções?

O Sr. Dr. António Franco: — A saída do Dr. Oliveira e Costa foi comunicada pelos accionistas.

Não me recordo do nome de todos, mas, na altura, havia um grupo de quatro accionistas que foi quem liderou esta mudança, digamos, que era composto pelo Srs. Joaquim Coimbra, pelo Sr. Almiro Silva, pelo Sr.

Cordeiro e pelo Sr. Adelino. Se me enganei em algum nome, não foi propositado mas é porque não me lembro.

E, no dia em que, finalmente, conseguiram firmar o acordo de saída com o Dr. Oliveira e Costa, já à tarde, bastante tarde, os administradores tinham pedido aos administradores do BPN, que estavam em Lisboa, e da SLN que estavam ainda ali, que permanecessem à espera de algo importante que ia acontecer.

E, portanto, o que aconteceu, depois, foi que nos chamaram para uma sala e o Sr. Joaquim Coimbra comunicou que, de facto, o Dr. Oliveira e Costa ia sair por motivos de saúde – acho que também foi essa a justificação que saiu a público –, apresentou também a substituição do Dr. Oliveira e Costa pelo Dr. Abdool Vakil e reiteraram esses accionistas, em nome de todos, suponho, embora não saiba se estavam mandatados para o fazer ou não, a confiança que tinham naquelas administrações.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., um outro *dossier* importante é o do negócio de Porto Rico. Pergunto-lhe: o que sabe, se é que sabe, no âmbito do banco relativamente a este negócio?

O Sr. Dr. António Franco: — De facto, como já disse, para mim, é muito difícil saber a utilização dos fundos. Sei que, provavelmente, alguém me pediu para fazer uma transferência daquele montante e não sei mais nada.

Como António Franco, ainda funcionário do BPN, mas ex-administrador, agora, permita-me fazer só um comentário: de facto, não entendo por que é que o negócio é bom e se paga aquele montante numa

altura, e, passado um ano, o negócio passa a ser mau...! A mim, pessoalmente, em termos de inteligência, faz-me imensa impressão.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Quem é que o Sr. Dr. entende que, ao nível do conselho de administração do BPN ou da SLN, sabia do negócio e foi interveniente no negócio?

O Sr. Dr. António Franco: — Suponho que são exactamente o Dr. Oliveira e Costa, que vai lá, o Dr. Jordão também sabia, provavelmente, e...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E Dias Loureiro?

O Sr. António Franco: — Sim, e o Dias Loureiro.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E o Dr. Carlos Gonçalves?

O Sr. Dr. António Franco: — Sim, ele aí é que faz essa afirmação. O Dr. Carlos Gonçalves era administrador de uma empresa que, depois, veio ter à Datacomp. Confesso que não é propriamente uma ligação que eu tenha muito segura, mas, provavelmente, também se ele depois veio a ser administrador...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., pergunto-lhe se conhece a Excellence Assets Fund e a Clip.

O Sr. Dr. António Franco: — Esse é um fundo que existia. Era um fundo, suponho eu.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E o Sr. Dr. sabe os termos da sua utilização, para que serviu ou para que serviram?

O Sr. Dr. António Franco: — Eu não sei exactamente. Há aqui qualquer coisa que não estou bem a ver o que é, mas suponho que ou um ou outro serviram, essencialmente, para parquear algumas participações, entre as quais, acções da SLN, da Controlauto e suponho que acções da Biometrics, mas posso estar a cometer aqui algum erro de memória.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Duas últimas questões: primeira, que tipo de supervisão é que o Banco de Portugal fazia com o Cayman e com o IFI, em concreto, e, se não fazia, o que é que poderia ter feito, realmente, enquanto supervisor, e em que consistiam e como eram feitas as acções inspectivas do Banco de Portugal ao BPN.

O Sr. Dr. António Franco: — É assim: a qualidade dos dados que o Banco de Portugal solicitava relativamente a bancos que não fossem de estabelecimento em Portugal, até 2005, naquilo que é a informação periódica, era muito pouca, na minha opinião, inclusive, suponho, não ia muito para além da mesma coisa que nós enviávamos para as autoridades bancárias de Cayman, que, como devem calcular, não era muita coisa, porque eles não são certamente muito exigentes.

Essa postura mudou a partir de 2005, em que, de facto, começaram a solicitar o mesmo tipo de reporte para o BPN Cayman que pediam para o BPN. E, hoje em dia, assim é. No BPN IFI, já o fizeram assim, porque o BPN IFI foi criado mais tarde.

Assisti a parte de várias iniciativas de inspecção, a parte de operações que, *grosso modo*, é aquela parte de dar dados e dar informação e há uma ideia que me fica sempre, que é a possibilidade de ir mais além, em termos de perguntas. Fica-me sempre aqui este vazio. De facto, acho que, provavelmente, teria sido detectado mais cedo se, em vez de acabarem as perguntas num determinado sítio, tivessem feito mais uma pergunta a seguir.

Posso só citar um exemplo, que vale só como exemplo e não como nada de específico: o Banco de Portugal denota uma qualquer situação e diz «vocês têm que resolver este crédito que está aqui, porque nós consideramos isso uma empresa participada da SLN e, portanto, já tem exposição a mais e vocês têm que resolver este crédito». O que acontece é que, de alguma maneira, 15 ou 30 dias depois, ou seja o que for, a solução aparece, o crédito é liquidado e pronto.

Ora, a ideia com que fico – isto é uma opinião pessoal – é que o supervisor fica tranquilo com esta situação e, na minha opinião, devia fazer a pergunta seguinte que é: «como é que esse dinheiro chegou para liquidar essa responsabilidade que eu, de facto, não queria que tu tivesses». Isto é muito recorrente e, provavelmente, terá que, no futuro, haver mais perguntas sobre as soluções imediatas e perguntar como é que se chegou a essa solução.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Só mais uma pergunta, Sr. Dr..

Pelo que foi dito, já vimos que, ao nível da administração do BPN e do Grupo SLN, ao nível da supervisão, parece-lhe, Sr. Dr., que o Banco de Portugal podia e devia ter agido muito mais cedo?

O Sr. Dr. António Franco: — Acho que sim. Tinha os meios para o fazer.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Obrigado, Sr. Dr.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo, a quem agradecia uma adequada gestão do tempo, porque nós aprovámos, ontem, a título excepcional, a questão da pergunta/resposta e estou a ver que os Srs. Deputados estão a usar esse figurino, mesmo por quem o criticou inicialmente e, portanto, agradecia que fosse feita uma grande contenção, até porque o Sr. Dr. António Franco tem tido a capacidade de responder de uma maneira muito sucinta e, portanto, agradecia que tivéssemos em atenção esse facto.

Faz favor, Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Sr. Dr. António Franco, muito boa tarde.

Vou começar exactamente pelo final das questões que lhe foram colocadas pelo Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, pedindo, em primeiro

lugar, que me confirme se estas suas declarações são verdadeiras ou se correspondem ao sentido geral daquilo que pretendeu dizer.

Terá o Sr. Dr. afirmado, relativamente ao Banco de Portugal, que: o Banco de Portugal se contenta com meias respostas, meias respostas que fazem desaparecer os problemas; que se o Banco de Portugal tivesse perguntado de onde vinha o dinheiro, já tinha descoberto há muito o Banco Insular; que as instituições bancárias acabam por se aperceber dos tiques do supervisor se este pede informações só no fim do mês, no fim do semestre ou no fim do ano; que o Banco de Portugal fica satisfeito com meias respostas; que o Banco de Portugal confiava de mais, tinha sempre a esperança de que as coisas iam mudar; que quando o Banco de Portugal levantava dúvidas sobre a exposição do Grupo a algum sector, era posto o dinheiro e o Banco de Portugal ficava satisfeito e aquilo desaparecia; e que o Banco de Portugal nunca fez a pergunta seguinte, ou seja, nunca quis saber de onde apareceu este dinheiro.

Sr. Dr., isto corresponde a declarações suas?

O Sr. Dr. António Franco: — Corresponde.

O Sr. João Semedo (BE): — Então, Sr. Dr., deixe-me fazer-lhe a seguinte pergunta: as meias perguntas do Banco de Portugal correspondem às suas meias respostas?

O Sr. Dr. António Franco: — Não, as meias perguntas são feitas só em metade, portanto, se só perguntam uma vez uma coisa e deviam ter perguntado duas. É a isso que estou a querer referir. Deviam ter

perguntado: *ok*, liquidaram, e de onde é que veio o dinheiro? Essa segunda pergunta, muitas vezes, não era feita e, se tivesse sido feita, tinha sido detectado.

O Sr. João Semedo (BE): — Creio ter percebido o sentido das suas intervenções e as suas precisões actuais, que acaba de fazer.

Mas deixe-me dizer-lhe o seguinte, tentando explicar melhor o meu pensamento: se há uma entidade que supervisiona, há uma entidade supervisionada, se a entidade que supervisiona se satisfaz com meias perguntas, isso significa que os senhores só deram meias respostas.

E a minha pergunta é esta: no banco não havia um sentido de respeito relativamente à supervisão, quer dizer, admitia-se como uma boa prática dar meias respostas a uma entidade de supervisão?

O Sr. Dr. António Franco: — Admitia-se como boa prática responder àquilo que o Banco de Portugal perguntava.

O Sr. João Semedo (BE): — Desculpe Sr. Dr., se não se importa, mas, lendo algumas das suas afirmações, não se trata apenas de meia resposta mas de meia verdade e é sobre isso que estou a questioná-lo, isto é, se sim ou não era prática do Grupo BPN, na relação com a supervisão, de facto, tentar – desculpe usar esta expressão – iludir, para não dizer ludibriar, o supervisor.

É esta questão que estou a perguntar.

O Sr. Dr. António Franco: — Não, era prática e suponho que é assim a relação de um controlador e de um controlado, tentar cingir-se a responder àquilo que o Banco de Portugal pedia e não dar mais respostas nenhuma. É isso que eu quis dizer.

O Sr. João Semedo (BE): — Então, formularei a questão de outra forma...

O Sr. Dr. António Franco: — Se o Banco de Portugal não faz essa pergunta, que eu disse – de onde vem o dinheiro? –, eu não lhe vou dizer. Se ele não a faz...!

O Sr. João Semedo (BE): — Mas, Sr. Dr., eu formulo a pergunta de outra forma.

O Sr. Dr., há pouco, disse que, do seu ponto de vista, o Banco de Portugal se resignava, satisfazia-se facilmente. E o que eu lhe pergunto é se essa atitude, por parte da entidade supervisionada, não acabava por esconder, por iludir, por escamotear, alguma informação que, enfim, se chegasse ao Banco de Portugal, seguramente poderia motivar uma outra atitude do Banco de Portugal.

O Sr. Dr. António Franco: — O que lhe disse é exactamente o que já lhe disse.

De facto, o Banco de Portugal mantém um controlo das perguntas que não são respondidas, vai insistindo, tem os seus meios finalizantes para quem não responde e, portanto, todas as perguntas, suponho eu,

tirando esta que, de facto, nunca foi respondida, todas as perguntas que o Banco de Portugal fez, foram respondidas pelo BPN.

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, permita-me que o interrompa para pedir um bocadinho de silêncio na sala, porque, se não, depois, fica aqui muito complicado.

Faça favor de continuar.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, continuo, então.

Mas, o Sr. Dr., se não estou enganado, no início da sua primeira intervenção, em resposta ao Sr. Deputado Honório Novo, terá dito, julgo eu, que certa informação dos registos informáticos era filtrada.

O Sr. Dr. António Franco: — Exactamente. Em termos de clientes, foi o que eu disse.

O Sr. João Semedo (BE): — Salvo melhor opinião, filtrar ficheiros não é propriamente uma informação transparente? Ou é?

O Sr. Dr. António Franco: — Suponho que era para criar alguma opacidade em termos de clientes. Foi o que eu disse, que tinha sido em termos de clientes. Em termos de informações gerais, de movimentos, não era e era dada aquela que eles solicitavam.

Foi assim que afirmei e, por isso, é que afirmei que, se, de facto, o Banco de Portugal tivesse solicitado um extracto de conta do Banco Insular, tinha detectado há muito tempo aquilo que é evidente.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, posso concluir que as práticas de filtragem eram para proteger os clientes...

O Sr. Dr. António Franco: — Exactamente!

O Sr. João Semedo (BE): — E não digamos para...

O Sr. Dr. António Franco: — E não para ocultar informação.

O Sr. João Semedo (BE): — E não para, digamos, reduzir ou truncar a informação.

O Sr. Dr. António Franco: — Exactamente! Pode concluir isso.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado.

Agora, outras questões que gostaria que lhe colocar e que são mais fáceis de elencar.

O Sr. Dr. saiu da administração do BPN em 2008?

O Sr. Dr. António Franco: — Sim, em 11 de Abril de 2008.

O Sr. João Semedo (BE): — Por que razões?

O Sr. Dr. António Franco: — Já expliquei. Porque, de facto, o que me foi transmitido é que havia uma intenção de mudar a governação e eu

achei que o Dr. Abdool Vakil devia ter a possibilidade de escolher um conselho de administração que fosse da sua confiança e como não tinha sido ele que me tinha eleito nem que me tinha convidado, ainda que mantivéssemos e mantemos as melhores relações pessoais e profissionais, achei que lhe devia dar a hipótese de ele poder escolher a sua equipa.

Sr. João Semedo (BE): — O Sr. Dr., há pouco, disse que, em determinada altura, tinha avisado um conjunto de accionistas sobre aspectos da vida do banco que o preocupavam.

O Sr. Dr. António Franco: — Sim!

O Sr. João Semedo (BE): — O seu colega, Dr. Ricardo Pinheiro, também publicamente já afirmou que fez o mesmo.

O Sr. Dr. António Franco: — Fez o mesmo em conjunto comigo.

O Sr. João Semedo (BE): — Era exactamente essa a minha pergunta: se fizeram isso em conjunto.

O Sr. Dr. António Franco: — Exactamente!

O Sr. João Semedo (BE): — E os accionistas que contactaram foram ou não foram os mesmos que originaram, depois, a solução Abdool Vakil?

O Sr. Dr. António Franco: — Suponho que sim. A solução Abdool Vakil, ainda que agora, após ter acontecido, fique evidente que era uma solução transitória, na altura, para mim, não era. E, portanto, suponho que sim, que foram os mesmos.

O Sr. João Semedo (BE): — O que é que quer dizer com «para si não era transitória»?

O Sr. Dr. António Franco: — Para mim, quando se substitui um presidente do conselho de administração, a ideia com que fiquei, no início, era, de facto, a de que era ele que era para ficar.

O Sr. João Semedo (BE): — Então, Sr. Dr., só para ver se eu percebo: parecer-me-ia natural que, tendo os accionistas, com quem o Sr. Dr. e o seu colega Dr. Ricardo Pinheiro tinham conversado, sido os «pais» da solução Abdool Vakil, não me parece muito natural que, depois de haver essa cumplicidade, pelo menos, no domínio da discussão sobre os assuntos internos do banco – e eu não estou a dizer que o Sr. Dr. conspirou contra o Dr. Oliveira e Costa, estou a dizer aquilo que é público e notório e o Sr. Dr. já confirmou –, o Sr. Dr. se não mantivesse no conselho de administração, tendo até, enfim, havido da parte do Sr. Dr. esse esforço de informar os accionistas da situação que se verificava no Banco.

O Sr. Dr. António Franco: — Quem faz a gestão do banco não são os accionistas, são os administradores e, portanto, quem tem direito a

escolher a equipa é o Dr. Abdool Vakil e não são os accionistas. E foi por isso que eu pus o meu lugar à disposição e me demiti.

O Sr. João Semedo (BE): — Sim, senhor.

Sr. Dr. diga-me também, então, o seguinte: relativamente a...

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, agradecia que fosse agrupando as perguntas, se não alteramos completamente a metodologia do interrogatório. Está bem?

O Sr. João Semedo (BE): — Estar bem, está, Sr.ª Dr.ª, mas já devíamos ter feito isso no início da sessão!

A Sr.ª Presidente: — O Deputado Honório Novo agrupou algumas perguntas. De qualquer das maneiras, fez três perguntas e depois pediu precisões.

O Sr. João Semedo (BE): — Agrupou?!...

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, pedia-lhe que, tanto quanto possível, agrupasse as suas questões, uma vez que ainda faltam dois partidos para colocar perguntas.

Teremos hipótese de uma segunda volta, se os Srs. Deputados acharem necessária — aliás, foi esta a metodologia combinada.

O Sr. João Semedo (BE): — Então, deixe-me só acabar este assunto e, depois, formulo as perguntas sequencialmente e o Sr. Dr. terá que fazer o favor de tomar nota.

Mas queria ainda fazer uma pergunta sobre isto: nesses contactos com os accionistas, o Sr. Dr. apercebeu-se de qual era o grau de conhecimento ou de desconhecimento por parte desses accionistas relativamente à situação do banco? Aquilo que lhes relatou era para eles uma surpresa ou era, digamos, uma coisa que eles já conhecessem?

O Sr. Dr. António Franco: — Na sua maioria, os temas eram uma grande surpresa.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito bem.

Então, Sr. Dr., eu, para responder ao apelo da Sr.^a Presidente, agora, formularei um conjunto de perguntas e pedia ao Sr. Dr. que tomasse nota.

Primeira pergunta: independentemente das reuniões que o Sr. Dr. teve, no exercício das suas funções, com o Banco de Portugal, queria perguntar-lhe se, alguma vez, foi convocado para ser ouvido como testemunha ou em qualquer outra condição, pelo Banco de Portugal, relativamente a processos que estejam em curso relativamente ao BPN.

E, se o foi, se, em algum momento, o Dr. José Oliveira e Costa o avisou de que o Sr. Dr. iria ser convocado para uma audição desse tipo, no Banco de Portugal.

Pergunto-lhe isto porque, aqui, uma outra pessoa que nós ouvimos, nos informou que tinha sido informado pelo Dr. José Oliveira e Costa

exactamente que o Banco de Portugal o iria chamar lá para lhe pôr uma série de questões, no contexto de um processo que estava em curso.

A terceira pergunta, que gostava de lhe fazer, é a seguinte: é ou não verdade – e o Sr. Dr. António José Duarte disse-nos isso aqui – que todos os administradores tinham livre acesso aos registos informáticos do banco, nomeadamente às contas, digamos assim, e que, também do ponto de vista do Dr. António José Duarte, isto permitia que todos eles conhecessem a realidade e a existência do Banco Insular e de muitos outros aspectos da vida do banco. Aliás, o Dr. António José Duarte até usou uma expressão muito feliz que foi «o que entra por um cabo entra pelo cabo dos outros», expressão que, na altura, até achei curiosa.

Mas gostava de saber se, do seu ponto de vista, enquanto director do departamento de operações, acha que isto era mesmo assim e se facilmente qualquer administrador do banco tinha acesso a essa informação.

Gostaria também de lhe perguntar por que é que o Sr. Dr. destaca, entre os principais dirigentes do banco, no sentido de dirigentes que davam mais ordens relativamente a operações, o Dr. Luís Caprichoso? O que é que distingue o Dr. Luís Caprichoso?

Gostaria também de lhe perguntar como é que se explica que o presidente do Banco Insular se queixasse de não ter acesso às contas do banco e nem sequer aos registos do banco. Disse-nos isso aqui, ontem, o que nos pareceu um facto um pouco anómalo e paradoxal, mas gostava de saber exactamente a sua opinião sobre como é que isso se pode explicar.

O Dr. António José Duarte também nos disse que o departamento de operações recebia ordens do director do departamento, mas, por vezes, também recebia ordens directamente da administração. O Sr. Dr. confirma isto? Isto era assim? Ao departamento de operações chegavam solicitações, orientações e ordens directamente vindas do conselho de administração? Se sim, por parte de que administradores?

Depois, gostaria também de lhe perguntar, do seu ponto de vista, aquilo por que vulgarmente são designadas as operações que não estão registadas ou, melhor dizendo, as operações que estão fora das contas, onde é que estão? Do seu ponto de vista, onde é que estão? Onde é que há registo disso, para onde é que foram deslocadas, onde é que estão estacionadas?

Por último, gostaria de lhe perguntar o seguinte: quem definia e qual era o critério para decidir se uma determinada operação era feita pelo BPN, ou pelo Banco Insular, ou por qualquer outra plataforma? De quem era a decisão? Quem eram os responsáveis por isso e quem é que, mais vulgarmente, digamos, era o ordenante desse tipo de operações?

A Sr.^a Presidente: — Sr. Dr., faça favor de responder.

O Sr. Dr. António Franco: — A resposta à sua primeira pergunta é sim. À segunda pergunta é não.

O Sr. João Semedo (BE): — Não seria possível responder de forma mais...

O Sr. Dr. António Franco: — É que eu, quanto a estas duas, como foram muito directas, pus aqui «sim» e «não». Não me lembro exactamente da pergunta, mas escrevi logo «sim» e «não».

A Sr.^a Presidente: — Os Srs. Deputados estão a fazer perguntas a um operacional. Portanto, é natural que escreva a resposta rapidamente.

O Sr. Dr. António Franco: — Peço desculpa, mas sou demasiado pragmático nestas matérias.

Há aqui um problema de interpretação, quanto ao que o Dr. António Duarte disse. E sei que o Sr. Deputado não é o único que o faz. Ele não disse que têm, disse que podem ter.

O Sr. João Semedo (BE): — Podem?

O Sr. Dr. António Franco: — Podem, claro que podem! Qualquer pessoa sempre pode ter acesso a tudo. Porque, de facto, aquilo que ele disse foi que era um cabo de rede. Portanto, era só autorizar. No caso do Banco Insular, seria certamente o Dr. Oliveira Costa a autorizar a que determinada pessoa *a*, *b*, ou *c* tivesse acesso a isso.

Menciono o Dr. Luís Caprichoso, porque, de facto, o Dr. Luís Caprichoso e a sua equipa foi quem me deu grande parte das ordens para o Banco Insular. Devo, inclusive, dizer-lhe que o Dr. Luís Caprichoso e a sua equipa eram responsáveis pela contabilidade das *offshores*. E, de facto, as perguntas que aqui têm sido feitas sobre *offshore* estão a ser feitas à pessoa errada e terão de ser feitas quando cá vier o Dr. Luís Caprichoso, se

é que vem, e o Dr. Leonel Mateus, porque eles faziam a contabilidade de todas as *offshores* do Grupo.

O Dr. José Vaz Mascarenhas não tinha qualquer acesso informático nem nenhum dos colaboradores directos dele do Banco Insular. Tinha, sim, os elementos contabilísticos periódicos, que tinha de mandar para o Banco Central de Cabo Verde.

O Sr. João Semedo (BE): — Por que é que não tinha?

O Sr. Dr. António Franco: — Por que é que não tinha? Porque nunca lho deram.

O Sr. João Semedo (BE): — E por que é que nunca lho deram?

O Sr. Dr. António Franco: — Porque o Dr. Oliveira Costa nunca autorizou que ele o tivesse. Era impossível ter acesso! Para já, em termos técnicos, é impossível ter acesso, no Banco Insular, a um balcão e não ter a outro. Ter acesso àquilo que está dentro e fora do balanço... Não é possível não ter acesso a uma das coisas. Se se tem acesso, tem-se acesso a tudo.

E, portanto, suponho – e é um suposto, porque nunca fale sobre este assunto – que é uma decisão tomada pelo Dr. Oliveira Costa. Dando-lhe acesso ao Banco Insular, o Dr. Vaz Mascarenhas ficaria a saber a dimensão e a realidade do Banco Insular – coisa que, inclusive (não me fizeram esta pergunta, mas eu confirmo), ele só sabe muito no fim de 2007 ou no início de 2008 e sou eu quem lho conto. O Dr. Vaz

Mascarenhas sabe da existência de um fora de balanço no fim de 2007 ou início de 2008, porque sou eu quem lhe conto.

Ordens directas da administração à direcção de operações, existiam, de facto. Não eram só sobre o Banco Insular, existiam muitas sobre matérias do BPN, do BPN Cayman e fosse do que fosse.

Os registos no Banco Insular estão lá todos. Dentro e fora do balanço, está lá tudo! Não é possível apagar nenhum, até porque nós não temos controlo absoluto sobre a aplicação. A aplicação é alugada à Promosoft. Portanto, há algumas manipulações que não é possível fazer.

Quem definia o critério do Banco Insular era o Dr. Oliveira Costa: se queria pôr ou não dentro do balanço.

A Sr.ª Presidente: — Vamos passar, agora, a outro bloco de perguntas.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Leonor Coutinho, do Partido Socialista.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Sr.ª Presidente, quero começar por cumprimentar o nosso convidado, ao fim deste tempo todo.

Sr. Dr., acabou de dizer, aqui, que grande parte das ordens lhe eram dadas pelo Sr. Administrador Luís Caprichoso.

O Sr. Dr. António Franco: — Pelos seus órgãos de *staff*.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Gostaria que me dissesse, nessa época e depois quando entrou para a administração, quais eram os pelouros de todos os administradores.

O Sr. Dr. António Franco: — Da SLN ou do BPN?

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Do BPN.

O Sr. Dr. António Franco: — Eu não sei de cor, porque a administração do BPN...

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Ou os administradores com os quais tinha mais contactos antes de ir para a administração, porque depois devia saber bem.

O Sr. Dr. António Franco: — Eu, infelizmente — e digo infelizmente, porque é mesmo a palavra —, como director de operações, tenho contacto com todos os administradores. Uma direcção de operações é, digamos,...

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Central.

O Sr. Dr. António Franco: — ... o «culpado» de 90% dos registos de uma aplicação bancária, porque é quem regista, de facto. Portanto, eu tinha de ter contactos com todos os administradores.

Na altura em que eu era administrador, tinha, pessoalmente, três pelouros, que eram a direcção de crédito imobiliário, a direcção de banca directa, a direcção de operações, e, ao contrário daquilo que vem publicado, nunca tive o pelouro da informática, que foi sempre assumido pelo presidente do conselho de administração do banco.

O Dr. Teófilo Carreira tinha o pelouro comercial, o Dr. Coelho Marinho tinha a área do risco, o Dr. Armando Pinto tinha os recursos humanos e a área jurídica, o Dr. Vakil já disse o que tinha, ou seja, *grosso modo*, tinha a área internacional, e, estranhamente, ao contrário do que é prática nas outras instituições, o presidente do conselho de administração tinha os outros pelouros todos.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Ou seja, a informática...

O Sr. Dr. António Franco: — *Grosso modo* tinha quase mais pelouros do que todos os outros administradores somados, o que é um *case study* pela negativa.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — No entanto, o Dr. Caprichoso, antes...

O Sr. Dr. António Franco: — O Dr. Caprichoso trabalhava na SLN e não no BPN.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — E quais eram os pelouros do Dr. Luís Caprichoso à época? Eu só tenho aqui consolidação das contas, mas não acredito que seja só isso.

O Sr. Dr. António Franco: — Vou dizer-lhe uma coisa que vos pode parecer estranha, mas, na altura, não havia pelouros distribuídos na administração da SLN. Ele tinha as áreas financeiras de contabilidade e de consolidação, mas não havia uma distribuição oficial, formal.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Ou seja, não há nenhuma acta em que estejam definidos os pelouros de cada administrador.

O Sr. Dr. António Franco: — Que eu conheça, não. Pelo menos, ela nunca foi divulgada pela estrutura.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — E, do tempo em que estive na administração, não se lembra de a auditoria externa — porque a interna devia saber — ter perguntado quais eram os pelouros dos administradores?

O Sr. Dr. António Franco: — Suponho que pediam.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — E, portanto, deram-lhes uma resposta. Mas ela não correspondia à realidade?

O Sr. Dr. António Franco: — Correspondia, porque isso é um documento publicado, instruções de serviço, normativo, no banco e, portanto, é de consulta livre.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Isso estava definido?

O Sr. Dr. António Franco: — Estava definido, é de consulta livre e, portanto, não é uma matéria que se pretenda, sequer, mudar.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Gostaria de lhe colocar outra pergunta: a partir do registo das operações — porque registam tudo, não é? —, como era o processo para se chegar à contabilidade? Por quem é que passava?

O Sr. Dr. António Franco: — É um processo automático. A contabilidade está logo associada ao registo da operação.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Assim sendo, como é que era possível não consolidar tudo? Tinha de haver uma intervenção manual para não consolidar tudo, uma vez que nos foi dito, aqui, que...

O Sr. Dr. António Franco: — O Banco Insular não consolidava tudo, porque — é fácil — faz-se a contabilidade só num balcão e no Banco Insular havia dois balcões.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Portanto, o automático é automático dos balcões que lá puserem?

O Sr. Dr. António Franco: — A contabilidade do que chamam virtual, ou fora do balanço, ou os três ou quatro nomes que o Sr. Deputado disse e já se chamaram muitos nomes, ela existe, é real e está certa. Em termos de consolidação, é possível fazer a consolidação e o *reporting* num balcão só, e era isto que acontecia.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Portanto, a contabilidade advinha de uma aplicação que transformava os registos em contabilidade, mas tinha alguns filtros. Por exemplo, retirar ou pôr certos balcões, porque os balcões estão...

O Sr. Dr. António Franco: — Não eram precisos filtros. Era preciso fazer só uma escolha e dizer: só quero o *reporting* deste balcão. Não era preciso fazer nada. Era uma decisão humana. O filtro era humano.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — E quem o fazia? Era o director de contabilidade? Era o Dr. Oliveira Costa? Quem era?

O Sr. Dr. António Franco: — Quem decidia, *grosso modo*, que só se dava ao Dr. Vaz Mascarenhas o balanço era o Dr. Oliveira Costa. Quem fazia a contabilidade — como lhe disse, ela era praticamente toda automática — e quem decidia que só se dava aquele bocado era o Dr. Oliveira Costa.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Portanto, dava as ordens directamente.

O Sr. Dr. António Franco: — Exactamente.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Gostaria também de lhe perguntar...

A Sr.ª Presidente: — Sr.ª Deputada, se pudesse agrupar questões, agradecia.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Posso, Sr.ª Presidente, mas depois é mais complicado para responder.

Sr. Dr., falou aqui que era impossível que a direcção financeira não estivesse ao corrente daquilo que se passava, uma vez que tinha acesso aos registos.

O Sr. Dr. António Franco: — Era impossível não ter conhecimento do Banco Insular. Foi o que eu disse.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Do Banco Insular na sua totalidade. Portanto, do buraco que lá tinha, porque na sua totalidade tinha o buraco.

O Sr. Dr. António Franco: — Não, isso não. Nem eu sei o buraco que lá tinha, porque para isso tinha de analisar cliente a cliente e o retorno e a imparidade.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Mas que trabalho fazia a direcção financeira a partir dos registos?

O Sr. Dr. António Franco: — Fazia as operações cambiais que eram necessárias fazer no Banco Insular.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Só?

O Sr. Dr. António Franco: — Só, e já é muito. Estamos a falar de montantes grandes.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Disse aqui também que, quando havia acesso aos registos, eles eram filtrados. O que é que quer dizer o filtro por cliente?

O Sr. Dr. António Franco: — É não dar demasiadamente informação por cliente. Dar uma posição estática. Não sei exactamente que tipo de filtro é que é. Sei que era assim. Inclusive dávamos um acesso, que era um acesso de tipo auditor.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Disse que era para os dois: para os auditores e para o Banco de Portugal? Era, portanto, apagar uma parte do registo?

O Sr. Dr. António Franco: — Não, não era apagar. Era não mostrar, ficar oculta.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Não mostrava essa parte. Portanto, eles não tinham acesso...

O Sr. Dr. António Franco: — Não sei exactamente se era movimentos ou o que era... Havia posições estáticas. De qualquer maneira, como já disse, aquilo que não viam, em termos de visualização, podiam pedir ficheiros.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Pois, podiam pedir também o tal extracto de conta por cliente, por exemplo.

O Sr. Dr. António Franco: — Podiam pedir os ficheiros e nós tínhamos a obrigação de dar, como é óbvio. Não havia possibilidade de dizer: não dou!

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Falou-nos, aqui, que o Dr. António Marta, não sei em que data, mas numa data relativamente passada,...

O Sr. Dr. António Franco: — Foi em 2006.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — ... porque ele saiu já há bastante tempo, fez uma reunião...

O Sr. Dr. António Franco: — Convocou.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — ... convocou uma reunião, que teve lugar...

O Sr. Dr. António Franco: — No Banco de Portugal.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — ... no Banco de Portugal, com o conselho de administração da SLN e do BPN que assinavam as contas,...

O Sr. Dr. António Franco: — Com os ROC.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — ... com os ROC, com a auditoria interna e com a auditoria externa...

O Sr. Dr. António Franco: — Com a auditoria externa, a interna não esteve presente.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Aliás, a interna também não interessava, porque são funcionários. Mas a auditoria externa e os ROC não, são entidades independentes que até têm uma ordem própria e responsabilidades próprias de garantir a veracidade das contas.

Depois de eles terem sido chamados ao Banco de Portugal, chamando-lhes a atenção para as responsabilidades que tinham, fizeram alguns pedidos de consulta de registos? Em seu entender, houve algumas

alterações, não houve, por que é que não as houve? É estranho que eles não tenham...

O Sr. Dr. António Franco: — Eu, pessoalmente, não notei alteração nenhuma.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Eles não pediram mais dados nenhuns por causa disso?

O Sr. Dr. António Franco: — Não.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Foram calculadas as imparidades e o senhor também colaborou não nestas que agora são calculadas, mas no documento *SLN – O Estado da Nação*, relativamente ao qual queria fazer-lhe várias perguntas: primeira, se ainda tem esse documento, no qual colaborou, e se nos pode mandar uma cópia; segunda, face a este documento, a que correspondiam as imparidades; terceira, uma vez que são referidas, muitas vezes, enormes imparidades a nível do imobiliário, elas são várias que podem ser possíveis, desde garantias em imobiliário, que não correspondam aos créditos, até aos fundos imobiliários ou até empresas imobiliárias do Grupo, gostaria que me dissesse dos trabalhos que fez nessa altura, como é que repartiria essas imparidades, a nível do imobiliário neste Grupo, e como é que repartiria as imparidades, se é assim, entre as várias fontes, ou seja, o Banco Insular no seu total, o Banco Cayman, as várias instituições financeiras do Grupo.

E é tudo, Sr.ª Presidente.

O Sr. Dr. António Franco: — Relativamente ao documento *SLN - O Estado da Nação*, participei nele, não sei se tenho alguma cópia, mas posso procurar.

Relativamente à matéria das imparidades, quero dizer que nunca estive em nenhum trabalho que fizesse um estudo sobre imparidades. O documento *SLN – O Estado da Nação* não é tão detalhado assim, inclusive considera aquilo que, no limite, é mais fácil de calcular em termos de imparidades, que é a perda total e por isso é que menciona os montantes que menciona, que são tidos como perdas potenciais, porque não tem um trabalho de casa, que tinha de ser feito e que não se podia fazer em um ou dois meses, porque quanto às imparidades, obrigatoriamente, temos de nos debruçar sobre os clientes e ver qual é a percentagem de recuperação ou de não do pagamento. É um factor que nós fizemos para isso e acho que se atingiram os objectivos.

O que nós fizemos nesse documento, foi considerar que aquilo, potencialmente, podia ser a perda total e a intenção do documento era alertar para uma situação potencial.

Agora, eu nunca estive em nenhum grupo de imparidades e, portanto, é uma resposta que não lhe posso dar a nenhuma das perguntas sobre imparidades.

No limite, posso dizer-lhe que as imparidades, se forem consideradas na totalidade, pode ser a perda total de tudo o que é crédito.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — E a nível do imobiliário?

O Sr. Dr. António Franco: — Não, quanto a isso não faço a mínima das ideias.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Terminei, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada, Sr.ª Deputada.

Passo, então, a palavra ao Sr. Deputado Almeida Henriques do PSD, a quem pedia que também tentasse agrupar questões, se possível.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Sr.ª Presidente, prometo-lhe que serei muito mais cumpridor do que alguns dos colegas durante esta sessão e cumprirei as regras.

Queria começar por cumprimentar o Dr. António Franco.

Vou optar por lhe colocar três ou quatro questões, porque, depois de tantas questões que colocaram, a maior parte das dúvidas que eu teria já foram esclarecidas pelo Sr. Dr., mas há aqui três ou quatro questões de fundo que talvez me ajude a perceber-las de uma forma melhor.

Mas, antes de ir a essas duas questões que acho mais de fundo, gostava de lhe colocar três questões prévias: a primeira prende-se com uma pergunta que lhe iria fazer, mas que se antecipou respondendo, que era para que é que servia, afinal de contas, o Banco Insular. A esta já respondeu, mas não respondeu a uma outra questão que é a seguinte: quando é que percebeu para que é que servia o Banco Insular? Para mim era relevante saber em que altura é que o Sr. Dr. percebeu isso.

Se quiser responder a tudo...

O Sr. Dr. António Franco: — Peço desculpa, mas não é uma máquina que eu tenha de trabalhar!

Enquanto director de operações para mim, como já disse várias vezes aqui, nesta Comissão, é muito difícil entender para que é que é a utilização, até porque o acesso à informação de que eu preciso para chegar a essa conclusão, eu, como director de operações, não tenho esse acesso.

Quando chego à administração, passo a ter acesso a essa informação, passo a ter acesso a mais *dossiers*, a mais informação e, portanto, diria que a noção exacta do objectivo só a tive quando cheguei a administrador.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Se estivesse de acordo, eu fazia-lhe um conjunto de perguntas, porque, se não, assim, vamos demorar o mesmo tempo dos meus colegas e também para si é capaz de não ser o mais indicado.

Havia mais duas questões prévias às quais eu gostava que me respondesse: o banco tinha algum conselho de risco? Isto porque, normalmente, há um conselho de crédito e há um conselho de risco.

O Sr. Dr. António Franco: — O Banco Insular?

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Sim.

O Sr. Dr. António Franco: — Não.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — E o Banco BPN tinha um conselho de risco?

O Sr. Dr. António Franco: — Não sei.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Muito bem!

Uma outra questão prévia, antes de ir às duas de fundo, prende-se com o AS/400. Estou com alguma curiosidade, porque conheço esse sistema do AS/400 como conheço outros similares e, a determinada altura, referiu que estes computadores são muito potentes e podem estar três bancos, ao mesmo tempo, lá localizados. Três ou quatro ou aqueles que lá couberem.

Portanto, gostava que me precisasse, exactamente, o alcance dessa sua afirmação e que a cruzasse com uma das questões de fundo, que é esta: o Sr. Dr. tem um largo percurso como director de operações de seis ou sete anos, se não estou em erro?

O Sr. Dr. António Franco: — Sim, já o era no Santander-Negócios!

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Aos longo desses sete anos, com o grau de responsabilidade que tem dentro do banco, é solicitado não só a fazer operações, mas também a ter relação com auditores, com o conselho fiscal, com auditores internos, com auditores externos e com Banco de Portugal.

O Sr. Dr. António Franco: — Sim.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — E, portanto, em todo esse percurso, muitas vezes, com certeza que teve solicitações específicas do Banco de Portugal e eu gostava que nos descrevesse como é que esse procedimento era feito, isto é, de que forma é que, como director de operações, respondia a solicitações concretas do Banco de Portugal. Gostava que me explicasse isto, porque ainda ninguém me conseguiu explicar esse movimento.

A segunda questão é esta: a SLN é obrigada a, legalmente, consolidar contas, não é verdade? E, portanto, todas as empresas do universo da SLN, em última análise, têm as suas contas consolidadas na *holding*.

Daquilo que me apercebi pelas declarações do Sr. Dr., mas também de outros depoimentos aqui, na Comissão, mais de 99% dos movimentos feitos com o Banco Insular eram com empresas do Grupo. Se eram feitos com empresas do Grupo, essas contas tinham que estar consolidadas na *holding*. Dessa forma, pergunto: como é que o Banco de Portugal não tem acesso e não detecta esse conjunto de movimentos ao ponto de investigar o Banco Insular?

Esta era a segunda questão de fundo que gostava que o Sr. Dr. me respondesse.

Depois, ainda neste âmbito, o Sr. Dr. tem duas fases na sua vida dentro banco: tem uma fase enquanto director de operações e, depois, vai para administrador.

Com o conhecimento tão profundo que tem e sabendo das irregularidades, que, inclusivamente, de forma pública, já disse que

existiam, como ainda hoje, aqui, já por várias vezes, referiu, sabendo da falta de objectividade do Banco de Portugal em toda a sua fiscalização, então como é que aceita ir para administrador, conhecendo estas situações todas?

Era uma questão que gostava também, se pudesse, que me respondesse, como é óbvio.

E, já na sua qualidade de administrador, há um momento – isso já o referiu mais do que uma vez – em que tem contactos com o Banco de Portugal, designadamente com o Dr. António Marta. Estamos a falar em Maio, presumo, de 2006.

O Sr. Dr. António Franco: — Não sei precisar a data!

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Mas, por aí.

Gostava de perceber bem esse nível de contactos, isto é, quem esteve presente, que assuntos é que foram abordados, qual o grau de especificação em relação, designadamente ao Banco Insular, que foram tidos nessa mesma reunião. Isto é, gostaria de saber até que ponto é que essas reuniões tocaram em algumas questões concretas. E faço-lhe esta pergunta, até porque o Dr. António Marta reconheceu aqui, numa audição nesta Comissão, que, se hoje voltasse atrás, teria obrigação de ter avisado os accionistas – e esta foi uma das constatações que se fizeram aqui

Portanto, eram basicamente estas questões que gostava que nos esclarecesse, independentemente de o poder interromper se as respostas efectivamente me não satisfizerem, mas prometo que não o interromperei muito ao longo das respostas até porque grande parte das

perguntas já foram aqui feitas e, portanto, não vale a pena estarmos aqui a chover no molhado e a voltar a perguntar-lhe coisas que já foram perguntadas.

A Sr.^a Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado pela sua colaboração.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Sr.^a Presidente, fui muito sintético!

A Sr.^a Presidente. — Exactamente!

Sr. Dr., faça favor de responder e se, depois, se verificar alguma «imparidade», nós depois aprofundávamos a resposta.

O Sr. Dr. António Franco: — Começo por responder à última pergunta, porque, de facto, não entenderam bem o que eu disse sobre a reunião.

A reunião foi uma convocação do Dr. António Marta — uma só, nunca mais tive reunião nenhuma com o Dr. António Marta — e quem estava presente era exactamente, como disse, todo o conselho de administração da SLN, do BPN, os ROC e os auditores externos.

O teor da conversa foi, *grosso modo*, um puxão de orelhas. Não me lembro exactamente palavra por palavra, mas pode-se sintetizar, de uma forma muito clara, que foi um puxão de orelhas e foi referida a necessidade de mudança não só da governação como da qualidade da informação prestada ao Banco de Portugal e a rapidez da mesma.

Quando fui convidado para administrador, e, como disse, tinha alguma dificuldade em ver as implicações do crédito que era concedido no Banco Insular, coisa que só quando fui para administrador e que me apercebi, exactamente, da dimensão da utilização e porquê, mas havia outros problemas que eu conhecia, porque, de facto, os únicos problemas que existiam no Grupo SLN, não eram o Banco Insular só, como é óbvio. Suponho que é evidente. Porque se fosse, então, as tais imparidades de 1800 milhões não poderiam acontecer, porque, de facto, se o Banco Insular só tem, na sua totalidade, como foi dito aqui ainda e eu ouvi, 585 milhões daí para 1800 milhões ainda falta um bocadinho...

Portanto, existem outros problemas, certamente, e esses outros problemas, alguns deles, eu já os conhecia, como é óbvio. Nomeadamente falei aqui nas garantias. As garantias foram repostas na contabilidade durante o mandato que eu fiz na administração e ao Dr. Oliveira e Costa eu disse que só ia para a administração com uma condição.

Havia uma razão específica para ir: o BPN ia mudar totalmente a aplicação informática e era preciso alguém que chefiasse esta equipa de mudança, nomeadamente mudança de estado de espírito, mudança interna, e sendo eu uma pessoa de operações que, como disse e já afirmei, tinha contactos com todas as áreas e todas as direcções, foi essa a razão principal por que o Dr. Oliveira e Costa me fez esse convite, e ele confidenciou-me isso, que era porque precisava lá de alguém que, em termos de administração, liderasse um processo tão complexo como a mudança total da aplicação informática, que iria acontecer nessa data.

Simultaneamente, comprometeu-se comigo a corrigir uma série de erros e práticas e não só as garantias, como veio a acontecer, mas outras

coisas que existiam, coisa que, passado um ano, constatei que não se iam passar.

Relativamente à SLN, como diz e muito bem, provavelmente quando eu digo que era utilizado para, digamos, suportar, em termos de crédito, algumas empresas participadas, provavelmente, algumas têm nos seus balanços créditos concedidos pelo Banco Insular e eu não conheço a contabilidade de nenhuma empresa participada não financeira e, portanto, não lhe posso dizer se isso é verdade ou não, mas admito que lá esteja.

Naquelas em que, como diz e muito bem, os créditos eram concedidos a empresas que consolidavam, mas provavelmente também haverá a outras que não consolidavam.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Peço desculpa, mas o Grupo SLN, obrigatoriamente, desde que detenha mais de 20% em qualquer uma das empresas, tem que consolidar.

O Sr. Dr. António Franco: — Sim, sim!

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — E, portanto, grande parte das empresas que tinham relações comerciais com o Banco Insular e que, supostamente, eram propriedade do...

O Sr. Dr. António Franco: — Devem ter isso nos seus balanços como crédito concedido por instituições financeiras ou por outras instituições financeiras ou qualquer coisa, mas eu, para além de não ser especialista

em contabilidade, não conheço a contabilidade das empresas participadas. Não conheço mesmo, nunca vi. E os relatórios e contas do Grupo SLN não têm o texto suficiente para que isso se consiga ler.

Relativamente à relação com o Banco de Portugal, eu já não me lembro muito bem da sua pergunta, peço desculpa...

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Era basicamente explicar o circuito para saber como é que na sua...

O Sr. Dr. António Franco: — No relacionamento directo com as várias áreas de que falou – já me não recordo bem da sua pergunta –, penso que só tenho uma com um organismo interno, que é a direcção da auditoria. É um relacionamento directo. A auditoria não precisa de acompanhantes para falar com área nenhuma, nem seria sequer útil nem faria sentido que assim fosse.

Todos os outros interlocutores, que menciona aqui, não tinham acesso directo às direcções, tinham um interlocutor dentro do banco com quem falavam e, portanto, disparavam os pedidos de informação para onde fossem precisos, para a área de informática, para a área de operações, para a área de risco, fosse para onde fosse, sendo que o melhor exemplo era o Banco de Portugal, e concentravam essa informação e, depois, essa área ou essas pessoas, digamos que são os interlocutores com o Banco de Portugal, é que entregavam isso ao Banco de Portugal. Portanto, é um contacto directo que, salvo raras excepções, não o tinham.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Mas precise-me só aqui o seguinte: no contacto com os auditores do Banco de Portugal, o contacto era só feito através de documentos?

O Sr. Dr. António Franco: — Era através de pedidos!

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Havia a verificação física nos terminais do AS/400?

O Sr. Dr. António Franco: — Muito raramente.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Mas o Banco de Portugal tem essa prerrogativa?

O Sr. Dr. António Franco: — Como é óbvio. Inclusive, hoje em dia, já há algum tempo pede, logo, livre acesso a tudo, que é para não depender sequer da boa vontade de terceiros para aceder seja ao que for.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Significa que os auditores do Banco de Portugal, ao terem acesso a esse tal AS/400, teriam acesso a tudo aquilo que se passava, quer no banco quer no...

O Sr. Dr. António Franco: — Vamos lá ver: em termos de acesso, não sei muito bem que acesso é que tinham ou não tinham ao AS/400 que, a partir de certa altura, passou a estar em Cabo Verde e que antes

estava nas instalações do BPN, se bem que em Alfragide, mas eu também não sei exactamente onde era.

Portanto, se tivessem acesso a essa máquina, poderiam ver, mas, até certa altura, não pretendiam nem queriam muitas informações sobre Cayman – a única coisa que existia fora de Portugal era Cayman – e, só a partir de 2005 ou início de 2006, é que começaram, de facto, a ter outro tipo de exigências, em termos de *reporting*.

Mas, como dizia o Dr. António José Duarte, em Portugal é possível ver isso. Porquê? A figura de banco correspondente exige o extracto de conta de todos os movimentos e, portanto, qualquer pessoa que tivesse acesso ou feito o pedido de extracto de conta do Banco Insular, só pela quantidade de movimentos que lá estavam – e como já foi aqui referido são bastantes – teria entendido que algo se passava ali. Ou, então, sendo um banco cabo-verdiano como era, pelo menos a actividade seria estranha para um banco cabo-verdiano, nomeadamente a zona, enfim...

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Só uma última questão, que é a seguinte: um colaborador directo do Sr. Dr. afirmou aqui que a existência do Banco Insular era do conhecimento soberano.

O Sr. António Franco: — A partir de 2008. Foi isso que ele informou.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — E anteriormente a isso? Não era um assunto que pudesse ser...

O Sr. Dr. António Franco: — É, é! Vamos lá ver: como já disse aqui, era do conhecimento de muita gente, como é óbvio. E a questão «soberano», na forma como ela é dita, só os mais altos órgãos de uma instituição conhecem. Ora, se estou a dizer e a afirmar que o Banco Insular era conhecido pelo Dr. Oliveira e Costa, pelo Eng.º Francisco Sanches e pelo Dr. Luís Caprichoso – bem, só o Dr. Luís Caprichoso e o Dr. Oliveira e Costa faziam dois terços do conselho de administração da SLN, nessa altura.

Portanto, em questão de conhecimentos superior ou soberano, ele existia. Não existia tão detalhado, em termos de pessoas, mas, como disse, há áreas que sempre que era impossível não saberem da existência do Banco Insular, nomeadamente as áreas de auditoria e a direcção financeira. Não tinham como, era impossível! O Banco Insular tinha muitos depósitos em moeda diferente da do euro, era preciso fazer câmbios e quem fazia os câmbios era a direcção financeira.

A Sr.ª Presidente: — O Sr. Deputado Honório Novo pede para colocar quatro questões, de seguida, todas de uma vez; o Sr. Deputado Hugo Velosa, três; a Sr.ª Deputada Sónia Sanfona, uma e o Sr. Deputado João Semedo, como levantou uma mão toda, creio que são cinco...

Risos.

Sr. Deputado Honório Novo, então, pedia-lhe...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.ª Presidente, dou precedência.

A Sr.^a Presidente: — Então, se dá precedência, vamos começar pelo PSD, se não se importam, que foi o último, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Hugo Velosa, que, há pouco, se tinha queixado de ter ficado para o fim.

Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

De forma muito sucinta, gostaria que o Dr. António Franco nos prestasse um pouco mais de esclarecimentos.

As perguntas são três: primeira, ouvimos, aqui, que, nas auditorias internas, havia alguém, aliás, disse quem, que pedia para alterar aquelas coisas...

O Sr. Dr. António Franco: — Um censor!

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sim, um censor, havia uma censura!

A pergunta é esta: perante isso, e de uma forma repetida, segundo disse aqui, na Comissão, pergunto-lhe se nunca sentiu necessidade de fazer alertas dessa situação para o exterior, ou seja, perante essa situação, não sentiu necessidade de fazer alertas para o exterior, de fazer algo para o exterior?

A segunda pergunta tem a ver com as reuniões, que aqui falou e de que tomei nota.

Portanto, teria havido uma reunião no enquadramento que já nos disse, penso que em 2006, quando tinha a supervisão do Banco de

Portugal o Dr. António Marta, e eu tomei nota de uma frase que utilizou que foi a de «levar um puxão de orelhas». Bom, face a esta situação, o que pergunto é se esse puxão de orelhas teve, depois, consequências e quais.

Mas, ainda sobre esta matéria das reuniões e da relação do Banco de Portugal com o BPN, pergunto se, depois dessa reunião do tempo do Dr. António Marta, que terá sido em 2006 – nós já sabemos que o Dr. António Marta entretanto saiu ainda em 2006 e já dissemos até quem é que tinha a supervisão a partir dessa altura –, houve novas reuniões, em que tenha participado. E, no caso afirmativo de ter havido reuniões, o que é que se passou nas reuniões e as consequências que as reuniões tiveram.

Porque estas minhas questões têm todas a ver, fundamentalmente, com esta relação com o Banco de Portugal, gostaria, sobretudo, de saber – de certa forma já disse mas era mais uma precisão –, em relação aos anos anteriores a 2006, quando era director de operações, o que é que sabe do que se passou em concreto dos factos, que aqui são relatados, nomeadamente de reconhecidas irregularidades de maior ou menor dimensão praticadas pelo BPN, e se, nos anos anteriores, em reuniões do Banco de Portugal, houve alertas da sua parte ou da parte do Banco de Portugal para o director de operações ou para quem.

Ou seja, no fundo, pedia-lhe que dissesse a esta Comissão o que é que se passou na era de antes do 2006 – o Sr. Dr. está lá, desde 1999, e os factos acumulam-se desde essa época de 2000, 2001, 2002... – e se, realmente, houve com o Banco de Portugal alguma relação concreta de reuniões, algum alerta, se o Banco de Portugal teve alguma atitude concreta perante o que passava no BPN.

O Sr. Dr. António Franco: — É assim: antes de eu ser administrador, não tive alguma reunião com o Banco de Portugal.

Como deve calcular, o Banco de Portugal, para além dos técnicos que podem lá aparecer a fazer as investigações, que não tem esse tipo de actuação de que falou e limitam-se a pedir matéria para fazer investigação, o Banco de Portugal, repito, relaciona-se com administrações e não se relaciona com mais nada. Portanto, até 2006, não tive qualquer relacionamento com o Banco de Portugal.

A reunião que tive foi essa que já referi. Tivemos, efectivamente, uma reunião com a pessoa que veio substituir o Dr. António Marta, que foi uma reunião de cortesia porque, *grosso modo*, queria conhecermos. Não sei se a fez aos bancos todos, mas, pelo menos, ao BPN fê-la. E as minhas reuniões com o Banco de Portugal, de 2006 para a frente, limitaram-se a essas duas.

Relativamente às auditorias, aquela que, inclusive, suscitou ou nos podia suscitar algum alerta foi exactamente aquela que disse que aconteceu em 2007, em Cabo Verde, sobre o BPN IFI. E, de facto, isso, conjuntamente com uma série de coisas, despoletou a conversa que tive com os accionistas.

Antes disso, as modificações, em termos de relatórios das inspecções, não eram tão graves nem mereciam, na minha opinião, nenhuma comunicação a nenhuma entidade de supervisão, mas é eram do estilo de estarmos a falar de coisas que eram detectadas dos balcões e que, por ser uma ineficiência ou uma deficiência da forma como trabalhavam os serviços ou como não cumpriam os procedimentos ou outra coisa qualquer, eram solicitadas alterações; não era matéria

suficientemente grave para fazer nenhuma comunicação a nenhuma entidade supervisora.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sr. Dr., penso, e possivelmente sem intenção, que já percebi, mas eu tinha feito uma pergunta muito concreta que era a seguinte: após esse puxão de orelhas, houve consequências e quais?

O Sr. Dr. António Franco: — Eu já respondi a essa pergunta que já foi aqui feita. Na minha opinião, não houve consequência alguma.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — E houve, posteriormente – já que disse que era só quando era administrador que fez reuniões – ao Dr. António Marta, como supervisor do Banco de Portugal, outras reuniões?

O Sr. Dr. António Franco: — Já lhe disse que houve também uma reunião com a pessoa que foi substituir o Dr. António Marta, a pedido dessa pessoa, mas foi mais uma reunião de cortesia, digamos, para conhecer. Não sei se fez o mesmo com todos os bancos, mas conheço fez.

A Sr.^a Presidente: — Sr. Deputado Honório Novo, faça favor.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito obrigado, Sr. Dr. António Franco. As suas informações têm sido extremamente úteis.

Queria precisar, no fundamental, algumas afirmações que produziu.

O senhor, a determinada altura, disse o seguinte: «O dinheiro vinha de clientes Cayman». E a resposta à pergunta de onde vinha o dinheiro era esta, no fundamental. Mas eu gostava que o senhor desenvolvesse a informação «vinha de clientes Cayman», mas que tipo de clientes? Como é que estava lá o dinheiro? Como é que tinha aparecido? De onde provinha? Tem alguma informação relevante que possa prestar a esta Comissão para nós percebermos?

As respostas aqui têm que ser dadas integralmente para não haver meias respostas, para utilizar uma expressão já aqui usada, isto é, nós temos que fazer a pergunta toda e, então, se há clientes Cayman, de onde vinha o dinheiro para superar determinadas situações? Quem eram os clientes que deixavam que esse dinheiro viesse? Como é que tinha ido lá parar esse dinheiro? E de onde é que ele aparecia?

Outra pergunta é esta: temos falado muito do Banco Insular e pouco de um outro banco, que também tem actividade e, pelo menos, é residente em Cabo Verde ou filial, chamado BPN IFI. Temos falado, apenas lateralmente, deste.

E o que lhe gostava de colocar era esta pergunta: o que é este banco BPN IFI? Que tipo de relações operacionais manteve com o BPN? Podemos dizer que este BPN IFI funcionava tal como Banco Insular de Cabo Verde, como uma espécie de caixa de correio, servindo para os mesmos efeitos e objectivos que o Sr. Dr. hoje, no início, enunciou a propósito do Banco Insular e que ontem já foram referidos aqui pelo Dr. Piriquito da Costa?

A terceira questão mais fácil é para lhe pedir que exprima aqui, oralmente, quem é a equipa do Dr. Luís Caprichoso que dava a maior

parte das ordens ao Banco Insular e que controlava a contabilidade de todas as *offshores*. Quem são essas pessoas? Quem é a equipa?

E, finalmente, Sr. Dr., queria que o senhor precisasse uma afirmação que fez, que considero muitíssimo grave e, por ser grave, não para si obviamente, queria que o senhor a confirmasse, que foi a seguinte: o senhor disse que a qualidade da informação pedida pelo Banco de Portugal, até 2005, sobre bancos não residentes, não era muito... boa.

O Sr. Dr. António Franco: — Não, não era muita!

O Sr. Honório Novo (PCP): — E, depois, deu um exemplo.

O Sr. Dr. António Franco: — Não era muita, isto é, não tem nada a ver com a qualidade, tem a ver com quantidade.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sim, não era muita.

E, depois, para fazer uma comparação – e a comparação é que, para mim, é relevante, porque podia ser pouca mas boa –, o senhor refere que essa informação, a pedida para bancos não residentes, era do mesmo tipo daquela que o BPN SLN recebia com pedido e prestava às autoridades de Cayman, quando lhe pediam informações sobre o BPN Cayman. Bom, toda a gente sabe o que são as autoridades Cayman, no que diz respeito à supervisão...

E eu queria que o senhor me confirmasse esta ideia: se a quantidade da informação que o Banco de Portugal pedia sobre bancos

não residentes era comparável àquela que as autoridades de Cayman pediam para bancos não residentes, designadamente ao BPN.

O Sr. Dr. António Franco: — Ainda bem que me diz isso, porque não está bem explicado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Bom, isso era o pior que podia acontecer ao Banco de Portugal; era que pudesse ser comparado às exigências das autoridades de Cayman.

Apartes inaudíveis.

O Sr. Dr. António Franco: — De facto, o que eu disse foi que a informação periódica que era enviada... Há vários tipos de informação: há aquela que é pedida, quando são as inspecções, e há a periódica, que é obrigatório mandar e que tem formatos determinados.

A informação periódica que, até 2005, era solicitada pelo Banco de Portugal era muito parecida com a informação que também era obrigatório enviar, com um formato decidido para as autoridades de Cayman. Estamos a falar *grosso modo* de grandes números consolidados, dos 10 maiores devedores, dos 10 maiores credores... É do que estamos a falar.

Apartes inaudíveis.

A Sr.^a Presidente: — Srs. Deputados, não interrompam o nosso convidado, na medida em que ele estava a fazer a distinção entre informação periódica, que pode corresponder a um figurino dos livros, e a outra informação.

Faça favor de continuar, Sr. Dr.

O Sr. Dr. António Franco: — As pessoas a que me estou a referir, exactamente ao *staff* do D. Luís Caprichoso, são o Dr. Leonel Mateus e o Dr. Luís Almeida.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Do BPN IFI?

O Sr. Dr. António Franco: — O BPN IFI não tem nada a ver com o Banco Insular, é um banco que sempre foi do universo de consolidação do BPN. Na altura em que foi criado, inclusive, o Banco de Portugal exigiu que a lei cabo-verdiana tivesse uma cláusula que permitisse que o Banco de Portugal fizesse intervenção a nível de supervisão na base consolidada sobre esse banco.

Quando começou, como lhe digo, a exigência do Banco de Portugal, em termos de informação periódica, já era praticamente a mesma que pede ao BPN e, portanto, não tem nada a ver em termos de actuação.

Se me pergunta a razão da sua existência, não sei. Aquilo é uma praça financeira que, provavelmente, ainda não tem mas há-de ter alguma ligação, em termos do seu formato, com a Europa, que não está sequer na lista negra dos *offshores* e, portanto, foi por isso. Não é uma caixa postal.

O Sr. Honório Novo (PCP): — De que pessoal dispõe?

O Sr. Dr. António Franco: — No BPN IFI devem trabalhar aí seis ou sete pessoas, contando com o pessoal de informática e secretárias.

Portanto, não é uma caixa postal. Inclusive a exigência da legislação cabo-verdiana é haver instalações e pessoas a trabalhar. Portanto, que fique aqui a ideia de que não tem nada a ver com o Banco Insular, como é óbvio.

Relativamente ao dinheiro dos clientes Cayman, os clientes não sabiam que o dinheiro era transferido internamente – estamos a falar de livros de contabilidade e não me liguem nada com dinheiros de um lado para outro – e, portanto, os clientes não tinham a noção que o dinheiro era posto, para cumprir as necessidades de *funding*, no Banco Insular.

Sobre a razão por que os clientes têm dinheiro no BPN Cayman, é uma pergunta a que não posso responder, porque não faço ideia. De onde vem também esse dinheiro, também não sei e por que é que têm lá esse dinheiro também não faço ideia.

Devo dizer-lhe que a maior parte dos clientes do Cayman são clientes não residentes e não é sequer por fuga ao fisco, porque Cayman faz parte do grupo de bancos que tem que fazer reporte sobre movimentação e lucros.

Portanto, a maior parte dos clientes são, na sua nacionalidade, clientes não portugueses e, portanto, não é essa a razão por que eles lá têm o dinheiro. Não faço ideia por que é que o tem, é uma opção deles e não sabiam que o dinheiro era utilizado para cobrir as necessidades de *funding* no Banco Insular.

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado João Semedo, faça favor.

O Sr. João Semedo (BE): — Obrigado, Sr.ª Presidente.

Sr. Dr., eu não ia fazer perguntas novas, mas, há pouco, como parte substantiva das minhas perguntas foram feitas sequencialmente e o Sr. Dr. e nós próprios não estávamos ainda habituados a esse registo, o Sr. Dr. deixou de responder a algumas e eu gostaria, então, que o Sr. Dr. me respondesse.

Uma das perguntas que lhe fiz foi se o Sr. Dr. tinha ou não sido ouvido pelo Banco de Portugal, fora daquelas reuniões de trabalho, como é óbvio. O Sr. Dr. respondeu que sim, mas eu tinha acrescentado uma segunda pergunta a que o Sr. Dr. não respondeu e que era: tal como aconteceu com o Dr. Dias Loureiro, o Sr. Dr. Oliveira e Costa tinha-o avisado que iria ser ouvido pelo Banco de Portugal?

O seu antigo colaborador, que o Sr. Dr., durante uns anos, dirigiu, o Dr. António José Duarte, disse aqui, na Comissão, o seguinte: «Cheguei a receber operações do meu director António Franco, do subdirector Ricardo Pinheiro e da administração».

Portanto, posso concluir daqui que houve operações registadas que não passaram pelo seu conhecimento ou que só teria tido conhecimento *a posteriori*.

O Sr. Dr. António Franco: — *A anteriori*, não, *a posteriori*, sim.

O Sr. João Semedo (BE): — Não ouvi, desculpe!

O Sr. Dr. António Franco: — Na altura em que elas foram registadas, não, posteriormente, sim.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., gostaria também de lhe perguntar o seguinte: a sua ida para o conselho de administração do BPN coincide no ano em que o Dr. António José Duarte passou do departamento de operações para a assessoria da administração.

O Sr. Dr. António Franco: — Exactamente!

O Sr. João Semedo (BE): — Há alguma relação entre uma coisa e a outra?

O Sr. Dr. António Franco: — Ele foi convidado pelo Dr. Oliveira e Costa e, portanto, terá que lhe perguntar a ele!

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.^a Presidente, há tanto barulho na sala que eu não consigo ouvir as respostas do Sr. Dr.

O Sr. Dr. António Franco: — Ele foi convidado pelo Dr. Oliveira e Costa para ir para assessor, e, portanto, a razão só o Dr. Oliveira e Costa é que sabe. Suponho que foi pela sua competência, porque é uma pessoa extremamente competente.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, não foi o Sr. Dr. que sugeriu, nem propôs, nem teve nada a ver com isso?

O Sr. Dr. António Franco: — Exactamente.

O Sr. João Semedo (BE): — Gostava também de lhe perguntar o seguinte: em determinado momento, por razões que só pertencem ao Sr. Dr., achou por bem avisar um conjunto de accionistas da situação em que o banco, do seu ponto de vista, se encontrava.

Disse-me há pouco que a reacção da maior parte desses accionistas foi de desconhecimento pelos factos de que o Sr. Dr. os informou.

Esses accionistas não o criticaram por ter sido demasiado tardio na informação que lhes estava a prestar?

O Sr. Dr. António Franco: — Não, nunca fui criticado. Mas, atenção, eu quando digo que eles ficaram espantados foi pela dimensão... Obviamente que só se os accionistas fossem completamente cegos é que não sabiam que havia problemas dentro da instituição, como é óbvio. Mas criticarem-me sobre o momento em que o fiz, não, obviamente.

O Sr. João Semedo (BE): — Como última pergunta, gostaria também de lhe perguntar, uma vez que, há pouco, para mim, isso não ficou claro, o seguinte: as operações que não estavam reflectivas nas contas, onde é que estavam registadas?

O Sr. Dr. António Franco: — Não haverá nenhuma operação que não esteja reflectida nas contas. Isso já foi afirmado várias vezes. Todas as operações têm um registo informático e estão reflectidas nas contas.

O Sr. João Semedo (BE): — E nos balanços?

O Sr. Dr. António Franco: — Exactamente a mesma coisa. Os balanços é que não eram entregues ao supervisor e não consolidavam, mas os balanços existem, se quisesse tirava balanços do fora do balanço, como lhe chamam, numa determinada altura, era possível.

O Sr. João Semedo (BE): — Então, a que é que o Sr. Dr. chama «fora do balanço»?

O Sr. Dr. António Franco: — Que não é consolidado. Não é entregue a nenhum supervisor e não consolida a instituição financeira nenhuma.

O Sr. João Semedo (BE): — Então, «fora do balanço» era aquilo que não fazia parte do balanço oficial das contas? É nesse sentido?

O Sr. Dr. António Franco: — Exactamente, é nesse sentido.

E não tem que ser obrigatório o documento do Banco Insular porque, se está fora do balanço, pode estar na Conchinchina.

O Sr. João Semedo (BE): — Exactamente, compreendo isso.

Portanto, a sua expressão «fora do balanço» significa isto: é o que existe, está registado, mas não está no balanço oficial.

O Sr. Dr. António Franco: — Exactamente.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, é sempre possível recuperar essa informação, através dos registos existentes no banco?

O Sr. Dr. António Franco: — É verdade.

O Sr. João Semedo (BE): — A última pergunta que queria fazer é esta: Sr. Dr., se lhe perguntassem se existia ou não um balcão virtual do BPN, respondia sim ou não?

O Sr. Dr. António Franco: — Depende da pessoa que me perguntasse!

Risos.

O Sr. João Semedo (BE): — Assim não vale!

A minha pergunta é muito directa, mas eu reformulo-a: existia ou não existia um balcão virtual...

O Sr. Dr. António Franco: — E, aí, eu vou explicar porquê: depende da pessoa que me perguntasse, porque eu tinha de entender qual era a intenção dessa pergunta.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., mas, então, agora, vamos lá ver se conseguimos ter aqui uma relação natural e espontânea e se o Sr. Dr. não me responde em função daquilo que pensa que eu quero saber.

Responda-me a essa pergunta com o que sabe hoje, claro, pois nem sequer lhe estou a perguntar o que é que sabia há dois, três ou quatro anos: hoje, o Sr. Dr. está em condições de dizer ou não que existia um balcão virtual no BPN?

O Sr. Dr. António Franco: — Peço desculpa, mas não ouvi a sua pergunta.

O Sr. João Semedo (BE): — Se está em condições ou não de dizer, hoje – não é com a experiência nem há três, quatro ou cinco –, se houve ou não um balcão virtual no BPN, e o Sr. Dr. responder-me-á «sim» ou «não».

O Sr. Dr. António Franco: — Balcão virtual no BPN?

O Sr. João Semedo (BE): — Sim.

O Sr. Dr. António Franco: — Não.

A Sr.^a Presidente: — Sr.^a Deputada Sónia Sanfona, uma vez que o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo não estava cá, agora fica para o fim, está bem?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, Sr.ª Presidente.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Posso fazer uma interpelação?

A Sr.ª Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Mas a Sr.ª Presidente, há pouco, disse que o Deputado Nuno Teixeira de Melo não estava inscrito!

A Sr.ª Presidente: — Eu não disse isso. Ele na altura não estava aqui, apareceu agora e inscreveu-se, por isso é que fica para o fim.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Ah, então, se calhar, é o meu desconhecimento das regras da Comissão! Podemos inscrever-nos até nos apetecer, não é?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, como não quero importunar o Deputado Hugo Velosa, retiro a minha inscrição para perguntas.

A Sr.ª Presidente: — Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas, Sr.ª Presidente, já agora formalizo oralmente o requerimento que acabei de apresentar para

audição do Dr. Leonel Mateus e do Dr. Luís Almeida, na primeira oportunidade possível.

A Sr.ª Presidente: — Trataremos disso nos «Outros Assuntos», se faz favor.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Sónia Sanfona.

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Muito obrigada, Sr.ª Presidente.

Queria agradecer, antes de mais, a sua presença e a sua colaboração com esta Comissão de Inquérito.

Tenho uma única pergunta que, no fundo, vem no seguimento da intervenção que o Sr. Dr. tem feito, desde o início, nesta Comissão, e que é a seguinte: foi-nos aqui relatado que este Banco Insular era de uma empresa chamada Fincor, que era uma corretora e, quando o Grupo SLN adquiriu a empresa Fincor, o Banco de Portugal terá dito e exigido que, para que essa aquisição se pudesse fazer, a Fincor deveria desfazer-se do Banco Insular, ou seja, vendê-lo, aliená-lo, portanto não o manter.

Esta razão subjaz também ao facto de nos ter sido aqui dito, ao longo dos trabalhos da Comissão, pelo menos por parte de alguns dos depoentes que aqui tivemos, que não havia a certeza relativamente a quem era o último beneficiário do Banco Insular. Ou seja, o Dr. Abdool Vakil disse-nos que, no seu entendimento, o Banco Insular era do Grupo SLN, mas o Dr. Miguel Cadilhe, por exemplo, disse-nos: ainda hoje, eu não posso afirmar com certeza que o Banco Insular seja do Grupo SLN.

E, portanto, o que queria perguntar ao Sr. Dr., no seguimento desta introdução e das suas palavras, é o seguinte: se não havia, e vamos supor

que não havia, a certeza sobre o último beneficiário do Banco Insular, era suposto, primeiro, que o banco estivesse referenciado no BPN como banco correspondente? Segundo, é a mesma coisa ser banco correspondente ou ter relações interbancárias com outro banco, meramente? Terceiro, é suposto que o Banco de Portugal, enquanto entidade supervisora – é a pergunta que deixo – peça, por exemplo, extractos de conta do Banco Insular se este banco não for claramente propriedade daquele outro banco que está a ser supervisionado?

Muito obrigada.

O Sr. Dr. António Franco: — A resposta à sua última pergunta é assim: quanto a todos os clientes, seja em que qualidade o forem, do BPN, o Banco de Portugal tem o direito de fazer todas as perguntas, nomeadamente pedir o extracto de conta do banco que utiliza só esse serviço de banco correspondente.

Relativamente a tudo o resto, tenho uma grande dificuldade em responder-lhe. Para já, não faço ideia como é que foi o negócio de venda, como deve calcular, porque eu não estava presente no negócio de venda e acho que fazia parte do universo da Fincor SGPS.

Se há essa exigência do Banco de Portugal, como é óbvio, é uma exigência que será feita ao anterior proprietário e, portanto, eu não estava lá certamente.

Quanto à propriedade, eu, pessoalmente, nunca tive dúvidas, até porque o Dr. Oliveira e Costa, quando me chamou lá acima, disse: «Nós (nós era o Grupo) vamos passar a ter um banco em Cabo Verde». Portanto, eu não tenho dúvidas! Também estranho, de alguma maneira,

que a pessoa que tem dúvidas sobre a propriedade do Banco Insular seja a mesma que manda fazer uma auditoria externa, com uma empresa externa, constituída igualmente com elementos da auditoria interna do BPN, ao Banco Insular. Certamente, não o daria ao BCP, porque ninguém tem dúvidas que o BCP não pertence ao Grupo BPN. Portanto, se tinha alguma dúvida sobre a propriedade do Banco Insular, no limite, não teria podido mandar fazer nenhuma auditoria.

É o que eu penso, mas isto é só uma opinião pessoal.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Sr.ª Presidente, é só um esclarecimento: e a sede do Banco Insular onde é?

O Sr. Dr. António Franco: — É em Cabo Verde, na cidade da Praia, no sítio que se chama a Chama de Santo António.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PSD): — Obrigado.

O Sr. Dr. António Franco: — Os bancos IFI, em Cabo Verde, são por legislação obrigados a ter instalações e sede em Cabo Verde.

A Sr.ª Presidente: — Muito bem.

Srs. Deputados, penso que chegou ao fim esta audição...

Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.ª Presidente, queria fazer um requerimento, mas não sei se quer que o faça agora ou depois do Dr. António Franco sair.

A Sr.ª Presidente: — Eu acompanho o Sr. Dr. António Franco e depois abordaremos esse assunto, até porque preciso de uma reunião brevíssima com os coordenadores e, portanto, pedia para os Srs. Deputados Coordenadores não abandonarem a sala para o ponto «Outros Assuntos», sendo claro que todos os Srs. Deputados podem ficar, para discutirmos duas ou três coisas sobre as quais temos de tomar decisões.

Queria agradecer, em nome da Comissão, ao Sr. Dr. António Franco, as informações e o depoimento que prestou a esta Comissão. Devo dizer que foi com muito gosto que o ouvimos e, portanto, mais uma vez lhe agradecemos a sua paciência e os esclarecimentos que deu de uma maneira sucinta e objectiva.

Muito obrigada, Sr. Dr.

Pausa.

Srs. Deputados, deram entrada na mesa requerimentos, um do Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo....

Faça favor, Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Queria secundar o pedido do Deputado Nuno Teixeira de Melo, e queria também pedir a audição do Sr. auditor interno da SLN, que foi aqui referido, o Sr. Jorge Rodrigues.

A Sr.^a Presidente: — Muito bem. Fica aqui anotado e vamos incluir essas audições na lista, de acordo com a classificação que tínhamos falado.

Srs. Deputados, muito rapidamente, queria dizer-vos que já circulou a minuta de carta a enviar ao Sr. Presidente da Assembleia da República, sendo que todos estão de acordo, havendo apenas duas sugestões de alteração que vão ser incorporadas.

O outro ponto que gostaria de abordar tem a ver com as audições futuras.

Algumas pessoas das que pretendemos ouvir estão com problemas de saúde, outras estão ausentes no estrangeiro, por isso temos de deixar essas audições para mais tarde e continuaremos as nossas audições com outros convidados.

Srs. Deputados, nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião, sendo que peço, especialmente aos Srs. Coordenadores que fiquem um pouco mais aqui para falar sobre metodologia dos nossos trabalhos.

Eram 21 horas e 10 minutos.